

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – BACHARELADO EM HISTÓRIA

**HISTÓRIA E IDENTIDADE: UM QUESTIONAMENTO SOBRE A “HERANÇA
AÇORIANA” DA FREGUESIA DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DO TRIUNFO,
RS (1757-1794).**

Fabiana Colombelli Candido

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – BACHARELADO EM HISTÓRIA

Fabiana Colombelli Candido

**HISTÓRIA E IDENTIDADE: UM QUESTIONAMENTO SOBRE A “HERANÇA
AÇORIANA” DA FREGUESIA DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DO TRIUNFO,
RS (1757-1794).**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
História, pelo curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (UFRGS)

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao professor Fábio Kühn, por ter me apresentado às fontes aqui trabalhadas e por ter confiado no meu potencial de pesquisa. Obrigada pelas ideias, correções, e pela paciência nesses longos meses de estudos. Também agradeço a todos os meus professores de graduação, que contribuíram de inúmeras formas para minha formação.

Dedico um agradecimento especial ao meu companheiro de vida e namorado, Bruno Kazunari Mizunuma, pois sem a tua ajuda, essa monografia provavelmente não teria chegado ao fim. Obrigada por ter me ensinado a usar o Excel, por ficar até tarde da noite corrigindo tabelas comigo e por todas as opiniões e sugestões dadas a este trabalho. Sem teu apoio e tua confiança, essa jornada não teria sido tão divertida.

Também agradeço à minha mãe, Joanita, à minha irmã, Juliana, e ao meu pai, Fernando, por estarem constantemente valorizando meu potencial e apostando integralmente nos resultados dos meus estudos. Obrigada ao meu querido padrasto, Zé Aldo, por todo amor e carinho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus dois melhores amigos, Felipe Colombelli e Tanara Coscia Severino. Obrigada por tornarem os meus anos de graduação tão leves. Agradeço por também acreditarem em mim, e por estarem ao meu lado nos bons e nos maus momentos.

Por fim, agradeço a demais familiares, amigos, professores e colegas que, de alguma forma, tiveram um impacto em minha formação. Levarei para sempre comigo os aprendizados e experiências adquiridos com vocês.

RESUMO

A capitania de Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XVIII, ainda era um território cujas fronteiras estavam em processo de delimitação, gerando constantes embates e disputas por zonas estrategicamente favoráveis. Nesse contexto, a proteção do território luso, dependente do assentamento de súditos capazes de colonizar espaços de fronteira, é o que movimenta uma política de povoamento, que trouxe inúmeros indivíduos do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira para o sul da colônia. Nesse meio tempo, é desmembrada de Viamão, nas margens da confluência entre os rios Jacuí e Taquari, a freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, em 1756. Rodeada por povoações compostas por contingentes açorianos, essa região foi entendida, a partir da perspectiva da historiografia tradicional, como “tipicamente açoriana”. Neste trabalho, procuraremos questionar, através dos estudos dos primeiros livros paroquiais de casamento e de batismo (1757-1794) da freguesia, essa herança cultural que até hoje é reforçada pelo município de Triunfo enquanto memória coletiva.

Palavras-chave: América portuguesa; imigração açoriana; fronteira; estratégias familiares.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Naturalidade de noivos e de noivas casados em Triunfo (1757-1794).....	28
Tabela 2 - Naturalidade de noivos e noivas nascidos na América portuguesa (1757-1794).....	30
Tabela 3 - Naturalidade dos nubentes: Viamão, Taquari e Porto Alegre (1747-1800).....	32
Tabela 4 - Naturalidade dos pais e mães dos batizados em Triunfo (1757-1784).....	39
Tabela 5 - Legitimidade em Triunfo (1757-1784).....	41
Tabela 6 – “Campeões de batismo” em Triunfo (1757-1784).....	45
Tabela 7 - Padrinhos e madrinhas dos filhos de Joaquim Gonçalves da Silva (1757-1784)....	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E DEMOGRÁFICO DA FREGUESIA NOSSO SENHOR BOM JESUS DO TRIUNFO	10
1.1. Contexto de povoamento.....	10
1.2. As políticas de povoamento e a imigração açoriana.....	13
1.3. Os “Casais del-Rey” nos Campos de Viamão.....	16
1.4. Processo de desmembramento e de desenvolvimento da freguesia.....	19
2. DOS REGISTROS PAROQUIAIS ÀS ORIGENS DE TRIUNFO.....	25
2.1. Entre o amor e o arranjo: o matrimônio como estratégia de ascensão social.....	25
2.2. Naturalidade, legitimidade e compadrio: um estudo sobre o batismo e suas implicações sociais.....	37
2.3. Casamento, batismo e família em uma análise integrada.....	48
3. JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, UM ESTUDO DE CASO.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXO – Mapas.....	67

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, procuraremos identificar o processo de formação histórico e demográfico da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, localizada na capitania do Rio Grande de São Pedro, durante a segunda metade do século XVIII. A freguesia, que deu origem a inúmeros municípios gaúchos, teve como sede de sua paróquia a sesmaria de Piedade, às margens dos rios Jacuí e Taquari, e que hoje corresponde ao atual município de Triunfo, RS. Nosso estudo pretende questionar a “identidade açoriana” que essa cidade toma como herança cultural de sua comunidade, investigando seu processo de origem enquanto freguesia.

A valorização do imigrante açoriano aparece na produção historiográfica desde a década de 1940. Em outubro de 1948, quando é inaugurado o 1º Congresso de História de Santa Catarina, o discurso que enaltece a população insular no processo de colonização da América portuguesa se torna oficial pela primeira vez. Nesse evento, que contou com a participação de muitos descendentes de açorianos, foram promovidas inúmeras pesquisas acerca da contribuição desses migrantes para o processo de desenvolvimento regional. Desde então, historiadores tradicionais como João Borges Fortes, Oswaldo Cabral e Henrique Oscar Wiederspahn viriam a produzir trabalhos históricos de grande peso, que igualmente engrandeceriam a participação desses imigrantes na trajetória de formação de inúmeras cidades sulinas, heroizando e romantizando suas histórias. No caso de Triunfo, a “herança açoriana” de sua população seria reiterada pela publicação, em 1947, de um estudo do genealogista José de Araújo Fabrício acerca dos primeiros colonizadores dessa comunidade¹. Nesse sentido, sua pesquisa sugeriu uma maioria de habitantes açorianos nos primeiros anos da freguesia que originou o atual município de Triunfo.

Entretanto, alguns trabalhos recentes, como a dissertação de Roberta Volkweis acerca da formação do povoado de Triunfo, começaram a questionar o quão açorianas seriam suas heranças culturais². Para a autora, cujos estudos tratam a questão através de um viés arquitetônico, as influências no desenvolvimento estrutural do povoamento teriam sido muito mais portuguesas continentais do que insulares. As inconsistências entre o alegado impacto de

¹ FABRÍCIO, José de Araujo. A Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus de Triunfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, v.27, n1-4 (1947), p.318-323.

² VOLKWEIS, Roberta Silveira. *A presença portuguesa no processo de formação das cidades do Brasil meridional: a questão da origem açoriana de Triunfo – RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2011.

açorianos na região do rio Taquari e os dados encontrados nas fontes documentais também foi objeto de pesquisa de Alexandra Alvim, que pesquisou o perfil da freguesia de Santo Amaro no século XVIII³. Portanto, essas discrepâncias entre a historiografia tradicional e as produções científicas atuais nos fazem questionar o que encontraríamos ao tentarmos reconstituir a comunidade pioneira de Triunfo a partir de suas fontes paroquiais.

Nesse sentido, nosso problema de pesquisa procura entender a herança cultural e populacional de Triunfo, trabalhando com a hipótese de não ter constituído uma comunidade majoritariamente açoriana na sua origem, em 1756. Desse modo, para entender se as populações insulares realmente foram impactantes o bastante para darem o título de “cidade tipicamente açoriana” ao município, utilizado até os dias de hoje pela Prefeitura local e pelos órgãos de turismo, estabelecemos como objetivo de nossa pesquisa estudar os anos de formação dessa comunidade.

Portanto, para entendermos a trajetória histórica da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, utilizamos como base material bibliográfico e também as primeiras fontes paroquiais produzidas. Assim, o recorte temporal de nossa pesquisa, que vai de 1757 a 1794, refere-se à extração e à análise de dados do 1º Livro de Casamentos (1757-1794) e do 1º Livro de Batizados (1757-1784) de pessoas livres em Triunfo, transcritos pelo genealogista Moacyr Domingues e disponibilizados pelo Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Portanto, nossos estudos se estendem até o ano de 1794, na medida em que é o período de encerramento do primeiro livro de matrimônios. Essas fontes permitiram a sistematização de uma base de dados no Excel de todos os indivíduos livres que casaram e batizaram seus filhos em Triunfo, na segunda metade do século XVIII, contendo inúmeras informações de casamento, legitimidade, apadrinhamento, naturalidade, que permitiram a composição de cálculos de porcentagem para essa população local. Com base nessas planilhas montadas através das transcrições de Domingues, foi possível extrair inúmeras informações acerca dessa comunidade que crescia às margens do rio Jacuí.

Dessa maneira, através da organização desses dados, foi possível tirar conclusões acerca da naturalidade dos primeiros habitantes da freguesia no período, padrões de compadrio, taxas de legitimidade e preferências matrimoniais. Portanto, conseguimos

³ ALVIM, Alexandra. *Das Ilhas ao continente: estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, através dos registros batismais (1757-1774)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

reconstituir não só a proveniência dos moradores pioneiros da comunidade de Triunfo, como também conseguimos detectar as estratégias familiares utilizadas por esses indivíduos dentro do contexto da sociedade colonial da época.

Por conseguinte, nossa pesquisa conseguiu não só elucidar o processo de formação dessa freguesia, como também ilustrar a complexa rede de famílias e de indivíduos que formavam a elite local. Por fim, cabe destacar que nosso trabalho contempla apenas a população de livres e, portanto, abrange a parcela da população branca da região. Assim, propomos que os próximos trabalhos possam analisar os documentos referentes às populações escravizadas e indígenas, de modo a reconstituir um panorama mais completo da sociedade pioneira de Triunfo.

De mais a mais, a pesquisa está dividida em três capítulos, de modo que o primeiro tratará do contexto histórico e de povoamento da freguesia de Triunfo. Neste capítulo, analisaremos, dentro do contexto político e econômico colonial do século XVIII, como essa comunidade surgiu às margens do Jacuí na década de 1750. No segundo capítulo, analisaremos os dados extraídos do 1º Livro de Casamentos (1757-1794) e do 1º Livro de Batizados (1757-1784), demonstrando as naturalidades que mais impactaram a formação populacional de Triunfo em sua origem. Além disso, analisaremos padrões e estratégias de casamento e de batismo, essenciais para a reprodução das famílias da elite rural na sociedade colonial. Por fim, no último capítulo, realizaremos um estudo de caso, referente ao estancieiro local e militar Joaquim Gonçalves da Silva, cuja família pode ser caracterizada como uma das mais aquinhoadas e influentes do período. O estudo do capitão Joaquim será apresentado de modo a ilustrar o modo como era constituído um núcleo familiar dentro da elite agrária local, de sorte que as estratégias de reprodução social analisadas na pesquisa possam também ser observadas na prática, através de um caso real.

A história colonial do Rio Grande do Sul já foi amplamente contada e reinterpretada em diversos estudos; entretanto, o processo de formação de Triunfo continua, em grande parte, desconhecido. Acreditamos que a falta de pesquisa acerca dessa região apenas contribui para a sua identificação equivocada enquanto “cidade tipicamente açoriana”; erro que cabe às novas pesquisas historiográficas corrigir. É sobre essa função, portanto, que este estudo se encaixa, buscando trazer um pouco de esclarecimento sobre os primeiros anos dessa pequena freguesia ruralizada, que se formou com base em processos migratórios e estratégias familiares guiadas pelos preceitos católicos.

1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E DEMOGRÁFICO DA FREGUESIA NOSSO SENHOR BOM JESUS DO TRIUNFO

1.1. Contexto de povoamento

A freguesia de Triunfo surge na segunda metade do século XVIII no “Continente” do Rio Grande de São Pedro, capitania cuja trajetória e contornos foram repletos de mudanças ao longo do seu período colonial. Esse território foi objeto de constantes entraves entre as coroas espanhola e portuguesa, que disputavam o domínio territorial da Banda Oriental. Tal região, que hoje compreende partes do atual Rio Grande do Sul e do Uruguai, correspondia a um importante ponto estratégico para o acesso aos metais preciosos que desciam de Potosí pelo rio da Prata, bem como para o desenvolvimento de rotas comerciais⁴.

As lutas entre Espanha e Portugal pelo domínio estratégico da região do Prata arrastaram para o século XVIII inúmeros conflitos pela posse de territórios, que só começaram a ser resolvidos em 1777, quando da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso pelas coroas ibéricas⁵. Contudo, apesar de custosos para a Administração real, os embates nessas regiões de fronteira ao longo dos séculos representaram importantes eventos na formação demográfica do Continente do Rio Grande de São Pedro e, ainda, de Triunfo. Nesse sentido, não apenas núcleos populacionais foram formados justamente para sustentar o domínio geopolítico português na Banda Oriental, como também intensos e notáveis processos migratórios foram gerados, os quais trouxeram os primeiros habitantes portugueses a definitivamente se instalarem na capitania em contingentes cada vez maiores⁶.

Nesse contexto, dentro do amplo e ainda incerto território que compunha a Capitania de Rio Grande de São Pedro, é a ocupação da vasta região denominada de Campos do Viamão que nos interessa, tendo em vista que é ali onde se desenvolve a freguesia de Triunfo. Essa extensão de terras abrangia “praticamente todo o nordeste da capitania rio-grandense, tendo como limites o rio Mampituba a nordeste, a leste o oceano Atlântico e a oeste e sul o rio Guaíba e a Lagoa dos Patos”⁷; portanto, contemplava praticamente toda a amplitude

⁴ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 4.Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p.25-38.

⁵ *Ibidem*, p.38.

⁶ RODRIGUES, José Damião. *Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América*. Anos 90, Porto Alegre, v.17, n.32, p.17-43, dez 2010. p.19.

⁷ SCOTT, Ana Sílvia Volpi & BERUTE, Gabriel Santos. Gentes das Ilhas: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. in: *Gentes das Ilhas*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 116.

geográfica da capitania, o que incluía as futuras freguesias de Viamão (1747), Triunfo (1756), Porto Alegre (1772), entre outras.

Sabe-se já que as trajetórias das famílias que se assentaram nesses domínios estavam intimamente ligadas com essa necessidade de garantir, para o Rei de Portugal, o efetivo domínio dos territórios sulinos. Contudo, além da importante empreitada colonizadora que estava sendo efetivada por Portugal para garantir suas posses, foram também motivos econômicos que suscitaram a mudança de muitas pessoas para os poucos assentamentos urbanos que já existiam na capitania. Dessa forma, esses súditos, os primeiros habitantes de origem lusa do Continente, além de verem uma oportunidade honrada de estar colonizando a serviço da Monarquia portuguesa, também enxergavam no processo de migração inúmeras formas distintas de mudar de condição financeira e de *status* social⁸.

Podemos afirmar que até meados de 1730 a maior parte da população lusa no sul era composta por membros do exército português, convocados para defender as posses da Coroa nas regiões fronteiriças⁹. Assim sendo, os primeiros núcleos familiares propriamente ditos, capazes de modificarem as taxas de crescimento demográfico e de desenvolver os pequenos arraiais onde se instalavam, só começam a aparecer nos Campos de Viamão na década de trinta a partir da instalação e criação de alguns poucos animais nos pampas¹⁰.

Em função da necessidade cada vez maior de insumos e de animais de carga nas regiões mineiras e nas fazendas paulistas, muitas famílias vislumbraram a oportunidade de finalmente se inserirem dentro do mercado interno da colônia¹¹. Sendo a criação de bovinos, de equinos e de muares urgente para as atividades econômicas nas demais capitanias, algumas famílias começaram, a partir de 1730, a realocarem permanentemente sua parentela para o sul, onde estabeleceram as primeiras estâncias e arraiais¹². Logo, a região conhecida como Campos de Viamão começa a receber seus primeiros habitantes naturais da colônia, sendo a

⁸ HAMEISTER, Martha Daisson. *Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII*. Anos 90, Porto Alegre, v.12, n.21/22, p.53-10, jan./dez.2005.P.69

⁹ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

¹⁰ KÜHN (2002), op.cit., p.49.

¹¹ Segundo Osório e Martirén, a região de Triunfo e de Santo Amaro replicaram três características da economia agrária rio-grandense através da pecuária, da agricultura e da indústria do charque. Em 1784, correspondiam a 15% do total de unidades produtivas da Capitania, nas quais se produzia entre 14% a 18% do trigo para o mercado colonial. Quanto à pecuária, a região criava cerca de 26% de animais na Capitania, estimulados pela venda de subproduto bovino à Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, bem como pela necessidade de muares na região mineira. OSÓRIO, Helen; MARTIRÉN, Juan Luis. ¿Un espacioplatense ampliado? Análisis de una economía agraria en el sur de Brasil (Triunfo y Santo Amaro, 1784-1849)”, *Revista de Indias*, LXXXI/282 (Madrid, 2021): 418-419..

¹² KÜHN (2002), op.cit., p.50.

maioria composta por tropeiros paulistas e lagunenses, e de Portugal continental, estando todos inseridos dentro desse contexto socioeconômico colonial e muitos acompanhados de seus escravizados.

Em 1737 é fundada a freguesia de Rio Grande, cuja fortificação estava voltada para apoiar a presença militar portuguesa na Colônia de Sacramento. Foi um dos maiores centros urbanos no início de 1740, servindo como importante local de acesso a inúmeros serviços que ainda não haviam chegado nos Campos de Viamão, além de possuir o único porto marítimo da capitania¹³. Pouco tempo depois, em 1747, é erigida a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão a partir da qual, nove anos mais tarde, é desmembrada a freguesia de Triunfo.

Apesar de, neste período, Rio Grande ainda ser o epicentro das atividades na colônia, é Viamão que entra no foco de interesse de inúmeros migrantes. Constituindo parte de uma importante rota para as atividades dos tropeiros, passou a representar cada vez mais relevância comercial¹⁴. Assim, o enriquecimento através da criação de animais e da agricultura se tornou empreendimento ambicionado por muitos, pelo fato de que possuir uma estância significava uma excelente oportunidade de melhorar de vida¹⁵.

Além de tropeiros que desciam de São Paulo, a migração de lagunenses merece um destaque no impacto demográfico que desenvolveu velozmente a freguesia de Viamão. Após a morte do capitão-mor de Laguna em 1735, Francisco de Brito Peixoto, figura importante para a expansão local, houve uma leva considerável de emigrações de lagunenses¹⁶, os quais seguiram em grande número para Viamão, mormente pelos atrativos econômicos supramencionados. A freguesia aumenta seu tamanho tão rapidamente que já possuía sua primeira capela em 1741.

¹³ KÜHN, Fábio & COMISSOLI, Adriano. *Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808)*. Revista de Historia (USP), v. 169, p. 53-81, 2013. P.69

¹⁴ COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (180c.-1831c.)*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. P.45

¹⁵ Segundo Helen Osório, muitos indivíduos chegavam nessa região através da carreira de comerciante, sendo que alguns conseguiam posteriormente se tornar proprietários de estâncias; contudo, o contrário dificilmente poderia ser afirmado. OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007. P.275

¹⁶ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói, 2006. Tese de Doutorado. ICHF. UFF. P. 43

Mas o povoamento de Campos de Viamão estava apenas dando sinais de início. Em 1750 era assinado o Tratado de Madri, acordo diplomático entre Espanha e Portugal que não só negociava a posse dos disputados territórios nas zonas fronteiriças, como também trazia a tese do *uti possidetis*, de modo que determinado território poderia ser legítima propriedade de um Império na medida em que este estivesse efetivamente povoado por seus súditos¹⁷. Através dessa negociação diplomática, Portugal garantiu a posse dos territórios na região dos Campos de Viamão e no vale do Rio Jacuí, onde Triunfo seria fundada em 1756. Além disso, o tratado determinava a troca entre da disputada Colônia de Sacramento pelo vasto território dos Sete Povos das Missões, à época dominado pelos espanhóis. Tendo isso em vista, se tornava ainda mais urgente a permanência de súditos portugueses no Continente, fato que impulsiona as políticas de povoamento incentivadas pela Administração real no século XVIII.

1.2. As políticas de povoamento e a imigração açoriana

É de conhecimento geral, dentro da historiografia, o impacto das imigrações açorianas para o desenvolvimento demográfico no Continente do Rio Grande de São Pedro. De fato, os Casais del Rey¹⁸ que chegavam através do regime colonizador representaram um aumento notável nos números habitacionais da capitania. É necessário abordar a chegada desse contingente populacional das ilhas para compreendermos o contexto de formação dos Campos de Viamão e de Triunfo; entretanto, ressaltamos que não é possível deixar de lado a notoriedade da trasladação de lagunenses para essa região, que já vinha acontecendo antes mesmo da vinda desses casais, e representaram os primeiros contornos dessa sociedade que se formaria na capitania sulina¹⁹. Tendo isso em mente, podemos agora analisar o contexto da chegada das famílias açorianas no Continente, a fim de verificarmos até que ponto representaram uma real força motriz no surgimento de Triunfo.

Dessa forma, para além dos contingentes de soldados do sexo masculino que foram ciclicamente movidos às zonas de disputa na região meridional da América portuguesa, é nas levadas de casais açorianos que o Estado luso reproduziu uma verdadeira campanha de

¹⁷ MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006. P.43

¹⁸ As denominações acerca da população insular trasladada através do Edital de 1747 é variada, podendo ser referida como “gente das Ilhas”, “Casais de Sua Majestade”, “Casais de Número” ou até como “Casais”. Em nosso trabalho, decidimos seguir as denominações encontradas nas fontes paroquiais para esse contingente populacional, que os intitulava como “Casais del Rey”.

¹⁹ QUEIROZ., op.cit., p.34.

povoamento²⁰. Isso fica bastante claro a partir da publicação, em 31 de agosto de 1746, do edital que possibilitaria inscrições para aqueles indivíduos que assim desejassem realizar a travessia para os territórios sulinos da colônia, abrindo disponibilidade para que até 4.000 casais pudessem realizar o papel de colonizadores. Nesse final de 1740, o Tratado de Madri já vinha sendo elaborado, e a Coroa portuguesa já avistava a necessidade de realocar contingentes populacionais para a colônia.

O Edital destacava uma série de privilégios e benefícios para todos os que decidissem realizar a empreitada de migrar para essas terras pouco povoadas. Dentre as regalias oferecidas pela Coroa, estava o financiamento, pela Fazenda Real, de toda a viagem até o respectivo destino, ferramentas, uma arma, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, farinha por um ano, entre outros benefícios. Também seria doada uma data de terra (um quarto de légua quadrado, que hoje corresponde a 272 hectares), um território vastíssimo se comparado às propriedades no continente luso e nas Ilhas. Além disso, e talvez um dos maiores incentivos à exceção das terras, os homens que se dispusessem a voluntariamente se assentarem nessas localidades seriam dispensados do serviço militar²¹.

Entretanto, a Coroa não pretendia financiar a travessia de qualquer pessoa. Para o Estado e a Administração portuguesa, interessava mormente casais jovens ainda em idade fértil para povoar com sucesso as caóticas zonas de fronteira no sul do Continente de Rio Grande de São Pedro. Assim sendo, algumas condições e restrições também figuraram o Edital, como o limite de idade admitido para os emigrantes: homens não poderiam ter mais de 40 anos; as mulheres, não mais de 30.

Nesse sentido, esse documento, que ficou conhecido como “Edital de 1747”, estabeleceu uma série de promessas bastante vantajosas e ambiciosas para inúmeras famílias que viviam na pobreza em seus locais de origem. Suas promessas foram tão bem recepcionadas que, um ano após a publicação do Edital, cerca de 8.000 indivíduos haviam realizado suas inscrições²².

Posteriormente, o Edital serial estendido em duas ocasiões: em 1749, os filhos dos casais originalmente inscritos puderam receber as mesmas condições dadas aos seus pais pelo prazo de um ano. Em 1752, outra Provisão Real é publicada de modo a estender esse prazo

²⁰ SCOTT & BERUTE, op.cit., p.108

²¹ *Ibidem*, p.113-114.

²² *Ibidem*, p.107

para mais cinco anos²³. Após isso, em razão da situação de guerra que envolvia o Continente, esse prazo foi aumentado para “*ad infinitum*”, incluindo também outros indivíduos: além dos filhos dos casais originais, também poderiam se inscrever “casados com filhos de casais, agregados de casais, casados com agregados de casais, casados com viúvas de casais, e que todos estes viessem por requerer as terras e incentivos do Edital”²⁴.

Inúmeros foram os fatores que levaram esses casais a aceitarem a empreitada de uma mudança permanente para a colônia. Dessa maneira, inicialmente a historiografia entendeu como principal motivo para tamanho movimento migratório os acidentes naturais. Tendo em vista a formação vulcânica do Arquipélago de Açores e da Ilha da Madeira, não raro ocorriam erupções das crostas topográficas localizadas próximas às lavouras e núcleos populacionais. Assim, a título de exemplo, as erupções na Ilha do Pico em 1718 e 1720 ocasionaram o primeiro, embora pequeno, alistamento de casais para o abandono definitivo da localidade. Nesse sentido, em 1722 saía o primeiro contingente de casais da Ilha do Pico, contando com cerca de 265 casais e totalizando 1432 pessoas – um pequeno grupo se comparado com as migrações que viriam duas décadas depois²⁵. Contudo, não se pode afirmar, atualmente, que tais circunstâncias desfavoráveis da formação topográfica desses territórios foi o principal e maior motivo para saída em peso de ilhéus dos Arquipélagos²⁶.

Mais importante que os desastres naturais, os problemas relacionados à divisão de terras e a superlotação das ilhas talvez tenham sido o que motivou com maior sucesso os alistamentos junto ao Edital de 1747. Nesse sentido, Hameister destaca que, apesar de o volume demográfico nas Ilhas não ser explosivo na época, a maioria das famílias não tinha propriedades onde plantar e subsistir²⁷. A autora ressalta que a maior parte das terras nessas localidades, baseadas no direito consuetudinário das Ordenações Filipinas, foram destinadas à famílias nobres em troca de serviços e da lealdade prestados ao Rei, sendo que a sucessão dessas propriedades só poderia ser encaminhada ao filho primogênito desses núcleos familiares. Desse modo, essas grandes propriedades só poderiam ter um único e insubstituível herdeiro, de modo que os demais filhos jamais receberiam nada relacionado à propriedade.

²³ FORTES, Gen. João Borges. *Os Casais Açorianos: presença lusa na formação sulriograndense*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978. P.87

²⁴ ALVIM, op.cit., p.18

²⁵ CORDEIRO, C., MADEIRA, A. B. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) : uma leitura em torno de interesses e vontades, *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol.VII, p. 99-122. 2003. P.107

²⁶ SCOTT & BERUTE, op.cit., p.105-106

²⁷ HAMEISTER, 2005, op.cit., P.66

Nesse sentido, a crise fundiária atingiu tanto os camponeses pobres, como os filhos segundos das linhagens nobres. Assim sendo, era incessante a dificuldade na produção de alimentos para todos, de modo que, muitas vezes, os agricultores não conseguiam sequer exportar seus produtos, sendo estes tão necessários para a subsistência de todos os ilhéus. Além da questão da falta de abastecimento interno alimentício das ilhas, a falta de terra onde lavrar também gerava uma grande crise de emprego e ocupação²⁸. A necessidade de serviços especializados ou de desenvolvimento econômico dentro das Ilhas acabava sendo dificultado, tendo em vista que a maioria das pessoas não possuía terra própria ou dinheiro suficiente para empreender. Por conseguinte, é assim que se pode falar em superlotação das Ilhas dos Açores e da Madeira: apesar de os números demográficos não serem nem de perto estratosféricos, ainda assim representavam uma discrepância considerável se comparada com a quantidade de alimentos produzidos e terras disponíveis para o trabalho.

Tendo em vista essa complicada situação nas Ilhas, bem como a crescente necessidade de povoamento no sul do Continente do Rio Grande de São Pedro, a Administração real toma a estratégica decisão de investir na retirada desse excedente populacional dos Açores e da Madeira, e custear esse processo de migração para a colônia, resolvendo, desta forma, ambos os problemas. É assim que esses casais iniciam suas trajetórias e, apesar de uma série de fatores que atrasam o concreto embarque dessas pessoas para o destino final, as primeiras levadas de migrantes são finalmente direcionadas aos territórios lusos ultramarinos ainda em 1747.

1.3. Os “Casais del-Rey” nos Campos de Viamão

Os ilhéus desembarcaram em 1748 no porto de Laguna, onde inicialmente ficaram assentados em função de determinação real, que pretendia a povoação da Ilha de Santa Catarina para uma posterior trasladação de casais rumo ao sul²⁹. Além disso, alguns problemas referentes ao transporte dessas pessoas precisaram ser contornados, fato que também atrasou a inserção de ilhéus no Continente. Apesar de já em 1750 os livros eclesiásticos da freguesia de Rio Grande acusarem o assentamento de alguns poucos casais,

²⁸ RODRIGUES, op.cit., p.26.

²⁹ FORTES, op.cit., p.62.

João Borges Fortes e Oswaldo Cabral apontam abril de 1752 como o real momento de entrada de açorianos na vila³⁰.

Maria Luiza Bertuline Queiroz também acusa a breve passagem, entre 1752 e 1754, desses casais por Rio Grande, os quais foram movidos por determinações de governador Gomes Freire de Andrade ao interior da capitania sulina:

“[...] nessa época Gomes Freire fortificava três áreas estrategicamente importantes para manter acesso à região a ser incorporada: Santo Amaro, onde estabeleceu armazéns de abastecimento do exército, Rio Pardo, onde erguera o Forte Jesus-Maria-José para garantir aquela fronteira, e o porto do Arraial de Viamão, base de manutenção de outros dois pontos [...]” (QUEIROZ, 1987, p.86)

Sabemos que a intenção do movimento militar de demarcação de limites e da política de povoamento era garantir a posse dos territórios das Missões. Por isso, esses casais ficariam provisoriamente nessa “linha de penetração”³¹ estrategicamente pensada para recebê-los, avançando atrás das tropas rumo ao ocidente. Contudo, as intensas oposições à assinatura do Tratado de Madri iniciaram um longo processo de espera para o assentamento desses Casais del Rey. A indignação de índios e jesuítas logo ocasionaria a Guerra Guaranítica, que vigoraria até 1756, período de fundação de Triunfo.³²

Assim, o percurso de penetração tracejado para atingir as fronteiras ocidentais é que justificam, nesse momento, a presença de imigrantes açorianos em Viamão, Santo Amaro e Rio Pardo. Esses lugares foram pensados enquanto postos de parada provisórios aos Casais del Rey, mas acabaram significando assentamento permanente para muitas famílias. Portanto, é através do movimento de penetração das tropas no território e as preocupações de Gomes Freire em garantir as demarcações de limites à Coroa portuguesa que essas pessoas são fixadas na extensão dos Campos de Viamão. Nessas regiões, muitos casais ficaram à espera do cumprimento das cláusulas do Edital por parte da Administração lusa, muitos chegando a esperar por até vinte anos o recebimento dos itens prometidos³³; outros passaram o resto de suas vidas sem sequer ganhar suas terras e demais posses.

³⁰ QUEIROZ, op.cit., p.85.

³¹ FORTES, op.cit. P.72

³² Para aprofundamento teórico acerca das hostilidades entre os povos guarani cristianizados e portugueses na Banda Oriental, que deu início à Guerra Guaranítica, ver: NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. *Revista Complutense de História da América.*, v.26, p.73-92, 2000.

³³ KÜHN, 2002, op.cit., p.59.

“Os habitantes que se fossem colocando ao longo da linha traçada pela marcha das tropas; aqueles bem escassos em número que, já estabelecidos no país, para ela se removessem e os casais açorianos que vinham chegando ao Rio Grande, para o designado propósito de virem ocupar as terras deixadas pelos índios e as demais que nos entregaria a fixação dos novos limites[...]" (FORTES, 1978, p.79)

Vemos, dessa forma, que os Casais del Rey puderam ser encontrados em maior número em Santo Amaro, Rio Pardo e Viamão, não em Triunfo, como a historiografia tradicional insiste em afirmar³⁴. Nos próprios livros de casamento analisados neste trabalho, esses casais aparecem assinalados “Casais del Rey assistentes na tranqueira de Santo Amaro”³⁵. Analisando esses livros matrimoniais, podemos notar uma presença bastante avolumada de pessoas provenientes das ilhas; contudo, não constituíram as mesmas levas de casais açorianos que vieram através do Edital de 1747. De modo distinto, são pessoas que realizaram seu traslado de forma autônoma, sob custeio próprio, assim como outros migrantes de nascidos na colônia e de origem castelhana que podemos encontrar nos registros.

Triunfo, na esteira de Santo Amaro, Rio Pardo e Taquari, carrega em sua memória a presença de imigrantes ilhéus, que segundo a historiografia clássica tanto teria influenciado em seu processo de formação. Contudo, podemos ver que a inserção desses casais, posicionados estrategicamente em algumas dessas áreas citadas, não estiveram em tão grande peso na freguesia de Triunfo como se poderia imaginar. Alexandra Alvim, analisando o processo de formação de Santo Amaro, um dos locais pensados especificamente para receber esses migrantes no período de demarcação de limites, revela que o povoado da região “não demonstrava ser totalmente homogênea quanto se suporia de uma comunidade de cuja historiografia e memória popular tendem a tratar como ‘tipicamente açoriana’”³⁶.

Nesse contexto, Triunfo, que não foi uma das regiões designadas à época para compor a “linha de penetração” em direção às Missões, representa ainda menos essa predominância açoriana. Isso pode ser afirmado com ainda mais convicção quando levamos em conta o fato de que as famílias de origem açoriana e madeirense da freguesia não estavam assinaladas

³⁴ Aqui nos referimos principalmente a obras autores clássicos como João Borges Fortes, Henrique Oscar Wiederspahn e Oswaldo Rodrigues Cabral. Sobre os açorianos na historiografia tradicional, também ver: FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul rio-grandenses. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol. VII, 2003, p.123-142.

³⁵ Livro 1 – A de Casamentos de Triunfo (1757-1794) - AHCMPA

³⁶ ALVIM, op.cit., p.38

como “Casais del Rey”, não se identificando com esse contingente migratório que veio através do Edital de 1747 à serviço do Rei de Portugal.

Ao encontro disso, pode-se afirmar que nem todo nativo das Ilhas compartilhavam a sensação de pertencimento à “identidade açoriana”. Hameister ainda afirma que “alguns não eram vistos nem se viam como ‘gentes das ilhas’ ou ‘Casais de Sua Majestade’³⁷. Assim sendo, esses ilhéus vinham à colônia por motivos muito diversos e através de custeio distinto. Da mesma forma, alguns se enxergavam como parte de um grupo “tipicamente açoriano”, que estaria realizando o digno sacrifício de trabalhar em prol do Rei na colônia, enquanto outros procuravam se afastar dessa identidade.

Assim sendo, em Triunfo não podemos contar com uma presença palpável dos “Casais del Rey” de modo que encontramos em Santo Amaro, fato que pode ser verificado nos próprios livros paroquiais. Os ilhéus ali residentes poderiam, assim, se encaixar em grupos sociais totalmente diferentes daqueles que vieram sob as circunstâncias do Edital de 1747 e aqueles que se inscreveram pelo período em que suas provisões estiveram estendidas.

1.4. Processo de desmembramento e de desenvolvimento da freguesia

O processo de formação da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo conta com algumas particularidades, que também a distingue de outras localidades de “herança açoriana”. Segundo Helen Osório e Jean Luis Martirén, o processo de ocupação dessa região foi resultado de concessões de sesmarias e de datas por parte da Coroa, e também por possessões informais³⁸. Nesse contexto, a freguesia de Triunfo fora originada a partir de uma concessão de sesmaria por parte do General Gomes Freire de Andrade nos princípios da década de 1750, ainda no período de demarcação de limites da capitania. A então chamada sesmaria de Piedade se localizava ao norte do rio Jacuí, em sua confluência com o rio Taquari, e foi apropriada por Manuel Gonçalves Meirelles, genro da terceira filha mais velha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos.

Jerônimo de Ornelas fora um dos mais antigos moradores dos Campos de Viamão, tendo vindo de Laguna para se instalar na região ainda em 1734, segundo depoimento

³⁷ HAMEISTER, 2005, op.cit., p.55

³⁸ OSÓRIO & MARTIREN, 2021, op.cit., p.412.

próprio³⁹. Desde a década de 1740 já possuía sesmaria no Morro Santana, onde seria desenvolvida parte do futuro município de Porto Alegre. Meirelles possuía um vínculo com o sogro advindo dos seus tempos de tropeirismo, e instala ainda na década de cinquenta sua estância, junto com sua esposa, na sesmaria de Piedade.

Nessa segunda metade do século XVIII ainda não havia um povoado na região, mas sim algumas fazendas dispersas no território. No momento do desmembramento de Triunfo, em 1756, foram ocupadas as terras a oeste de Viamão e, posteriormente, a freguesia se ampliou para o sul do Jacuí até as margens da Lagoa dos Patos. É assim que Triunfo se desenvolve em dois distritos diferentes, sendo o primeiro referente à parte meridional do rio Guaíba até o rio Camaquã, e o segundo respectivo à parte setentrional do rio Guaíba até o rio Taquari⁴⁰.

Segundo Osório e Martirén, esses distritos possuíam perfis de produção relativamente diferentes. Segundo a Relação de Moradores de 1784⁴¹, o primeiro distrito contava com 82 unidades produtivas, cujos fazendeiros foram catalogados da seguinte forma: 38% como “fazendeiros maiores”, 35% como “fazendeiros menores”, e 27% como “agregados”. Em contrapartida, o segundo distrito contava com 72 unidades produtoras, e não registraram porte⁴². Ainda, os autores puderam avaliar, com base no documento, as atividades desenvolvidas nessas propriedades, bem como o *stock* de gado declarado. Com base nisso, foi constatado que o primeiro distrito era predominantemente pecuário, de modo que as atividades de agricultura ali exploradas se apresentavam em níveis residuais. De forma distinta, o segundo distrito exercia atividades mistas, contemplando a pecuária, mas focando, principalmente, na agricultura e no cultivo do trigo⁴³. Essa segmentação, em Triunfo, de dois grupos distintos de unidades produtivas nos permite compreender que a freguesia não era composta exclusivamente por grandes estancieiros, contemplando também pequenos lavradores e pastores, bem como comerciantes inseridos na indústria do charque.

³⁹ KÜHN, 2006, op.cit., p.217

⁴⁰ *Ibidem*, P.188.

⁴¹ Tal documento refere-se a um censo oficial respectivo aos campos do Continente de Rio Grande de São Pedro, sendo feita pelo Provedor da Fazenda da capitania, Diogo Osório Vieira, sob ordens do Vice-rei do Brasil. Tinha como função mapear a distribuição de terras na região. Segundo Osório e Martirén, inclui uma lista nominal da totalidade dos produtores rurais, as formas de acesso à terra, a composição dos rebanhos e os tipos de atividade implementadas. Ver: OSÓRIO, 1999; OSÓRIO & MARTIRÉN, 2011; KÜHN, 2006.

⁴² OSÓRIO & MARTIRÉN, 2021, op.cit., p.417

⁴³ *Ibidem*, P.418.

Ainda na década de 1750, o fato de estarem distantes dos maiores centros urbanos, como Rio Grande e Viamão, fez com que os estancieiros e demais moradores ali dispersados pleiteassem a criação de uma paróquia. O isolamento nessas paragens tornava difícil o acesso a ritos e sacramentos religiosos, muito importantes para a sociedade setecentista. Assim, é requerida ao bispo do Rio de Janeiro, D.Fr. Antônio do Desterro, a criação desta que seria a terceira paróquia do Continente, contando com a recomendação de vigários da Vara do Rio Grande e de Viamão⁴⁴.

Logo após a instalação da estância de Meirelles na sesmaria de Piedade, em 1754, é criada a primeira capela da região. Pouco tempo depois, a portaria episcopal de 04 de setembro de 1756 atende aos pedidos dos moradores e erige a freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, contemplando as terras “desde a Serra Geral numa distância de sete léguas até a Serra do Erval no rio Camaquã, a 30 léguas”⁴⁵.

A portaria também estabelecia a que fosse reservado um “rocio” a partir da “barranca” ao norte do rio Jacuí, espaço onde deveria ser instalado o núcleo do povoamento. Assim, é nesse lugar, chamado de porto da Forquilha, justamente ao lado da fazenda de Meirelles, que Triunfo começa a se desenvolver⁴⁶. Além disso, foi nomeado através do documento supramencionado o vigário da paróquia, Pe. Tomás Clarque, que seria o responsável não só pela evangelização dos novos fregueses, mas também de supervisionar a construção da Igreja matriz. Nessa senda, em 09 de janeiro de 1757, após a finalização das construções, é inaugurada a sede da paróquia, mesmo dia em que Clarque inicia seus trabalhos. Esse mesmo vigário será responsável pelos primeiros registros de batismo, óbito e casamento da região, produzindo assim, de 1757 a 1779 – ano de sua morte-, parte dos registros que analisaremos neste trabalho.

Mas não só o registro dos primeiros habitantes de Triunfo foi viabilizado pela organização e empenho do vigário em questão. Clarque também foi responsável pelo primeiro mapa da freguesia, que nos mostra seus contornos em seu primeiríssimo ano de existência. Neste mapa, é possível localizar a fazenda de Meirelles e de outros grandes estancieiros, a

⁴⁴ RUPERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. P.76

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ VOLKWEIS, op.cit., p.84.

Igreja da matriz e, inclusive, a extensão que abarca partes de Santo Amaro, Rio Pardo e Viamão⁴⁷.

Cabe destacar, contudo, que não apenas a distância de outros centros populacionais e a necessidade de atendimento eclesiástico foram justificativas para o desmembramento dessa freguesia. Consideramos também que o próprio crescimento de Viamão, elevado a freguesia em 1747, possa ter impacto na decisão por essa separação.

O processo de crescimento demográfico de Viamão foi incrivelmente veloz. Sendo inicialmente ocupada por lagunenses, que desciam de Santa Catarina desde o esvaziamento econômico de Laguna nos finais da década de trinta, sofreu entre 1746 e 1751 a triplicação de sua população inicial⁴⁸. Além disso, demais processos migratórios voltaram a triplicar esse saldo populacional: a partir da vinda de casais açorianos no início dos anos cinquenta, a população viamonense volta a crescer em ritmo astronômico. Entre os anos de 1752 e 1754, assim, essa freguesia já se encontrava em pleno processo de desenvolvimento, mas começava a vislumbrar os primeiros problemas que o rápido aumento populacional viria a resultar. Nesse sentido, os açorianos que chegavam encontraram a maioria das terras da freguesia já ocupadas e, como sabemos, ficaram aguardando a distribuição de suas próprias datas, a fim de se instalarem em definitivo no Continente.

Assim, esses casais já se encontravam precariamente instalados em Viamão quando, após o término da Guerra Guaranítica (1753-1756), ocorreu o intenso processo de “transmigração dos povos guaranis”⁴⁹, que trouxe ao encalço das tropas portuguesas cerca de 700 famílias indígenas – aproximadamente três mil almas – para os Campos de Viamão. Inicialmente instaladas em Rio Pardo, esses indivíduos foram transferidos a Viamão, que já contava com os problemas advindos do insatisfatório assentamento açoriano na freguesia.

Esse período, assim, marca apenas o início de uma fase turbulenta e caótica para Viamão. Se o sustento e a alocação dos casais açorianos já se mostravam dificultados para a Administração lusa, os milhares de indígenas recém chegados só viriam a piorar o quadro dessas populações. Não só a distribuição desse contingente humano preocupava as autoridades régias no Continente, mas também o sustento, por parte da Coroa, desse elevado número de indivíduos. Nesse sentido, Kühn aborda a preocupação do governador da capitania

⁴⁷ Ver no Anexo, página 67 desta monografia, um mapa de 1756, desenhado pelo Pe. Thomas Clarke, que mostra a extensão de terras da freguesia de Triunfo.

⁴⁸ KÜHN, 2006, op.cit., p.104.

⁴⁹ *Ibidem*, p.115.

sulina acerca dos “índios aldeados e as ‘famílias das Ilhas”, que criticava o assistencialismo dado pela Administração régia à maioria dessas populações. Para o governador, apenas aqueles que não possuíam nenhum meio de subsistência deveriam ser sustentados e alimentados pela Coroa durante esse período bastante caótico de assentamento inicial⁵⁰.

Assim, é possível realizar uma ligação entre o desmembramento de Triunfo em 1756 e a situação conturbada de Viamão neste mesmo período. Com certeza a organização de uma paróquia em Triunfo, bem como a instalação de estruturas comunitárias mais elaboradas no arraial e o melhor acesso aos ritos e à assistência religiosa estavam em mente das autoridades régias quando entenderam pela separação entre as duas freguesias. Entretanto, não podemos deixar de notar como essa divisão representou um alívio no quadro demográfico de Viamão. Os registros de batismo em Viamão demonstram uma queda notável entre 1754 e 1757, gerando “um decréscimo de dois terços no número absoluto de termos efetuados”⁵¹.

Dessa forma, percebemos que grande parte da população que estava sobrecarregando a freguesia de Viamão passa a ser abarcada por Triunfo no momento de seu desmembramento, que em seu primeiro rol de confessados, datado de 1758, já contava com 507 moradores. Por conseguinte, podemos sugerir que essa separação, além de servir aos interesses dos moradores e estancieiros da região de Triunfo, também foi pensada para auxiliar a reorganização do quadro populacional de Viamão, passando um pouco de sua sobrecarga demográfica para a nova freguesia.

Ainda, apesar de ter sido grande a queda populacional em Viamão, o déficit é logo suplementado com novas migrações de açorianos, indígenas, portugueses e indivíduos nascidos na colônia. Além disso, outro importante acontecimento que volta a elevar os quadros populacionais viamonenses e até de Triunfo é a invasão da Vila de Rio Grande em 1763, que gera a debandada de cerca de 80% da população em direção aos Campos de Viamão⁵².

Nesse sentido, o desenvolvimento de Triunfo é bastante diferente de localidades que receberam intencionalmente os Casais del Rey, como Santo Amaro, Rio Pardo e, posteriormente, Taquari – esse sim sendo o núcleo urbano com mais concentração açoriana no contexto de formação da Capitania de Rio Grande de São Pedro⁵³. Apesar de ter efetivamente

⁵⁰ *Ibidem*, p.118.

⁵¹ *Ibidem*, p.113.

⁵² QUEIROZ, op.cit., p.116

⁵³ FORTES, op.cit., p.99-104.

recebido uma parcela grande de indivíduos vindos dos Açores, foram poucos os casais inscritos no Edital de 1747 que acabaram por se instalarem em Triunfo.

Além disso, percebemos que é volumosa a quantidade de colonos vindos de Laguna ou São Paulo para essas paragens, sem mencionar no contingente populacional que se refere à população escravizada e indígena. Com base no Rol de Confessados de 1758⁵⁴, elaborado pelo vigário Thomas Clarke, localizamos o registro de 507 pessoas, das quais 133 estavam taxativamente qualificadas como escravizadas. Assim, podemos concluir que no ano de 1758, 26,23% da população confessada de Triunfo era cativa. Infelizmente não tivemos acesso documentos referentes aos outros anos, mas sabemos que, em raros períodos, a população escravizada foi igual ou superior à população livre na freguesia. Vale a pena chamar a atenção, entretanto, para o elevado número de escravizados em posse do núcleo parental de Jerônimo de Ornelas. Nesse sentido, o próprio Manuel Gonçalves Meirelles contava, em 1777, com 19 escravizados, e seu cunhado, Francisco Xavier de Azambuja, possuía, em 1769, um total de 13 escravizados em seu nome⁵⁵, fato que mostra o alto nível econômico dessa parentela.

Assim, o que pretendemos mostrar através do processo de formação histórica de Triunfo é a influência heterogênea de variados grupos sociais e etnias distintas na construção dessa freguesia. Longe de ser um município que veio a ser formado através da “herança açoriana”, Triunfo passou por um processo de formação que, apesar de contar com considerável contingente populacional ilhéu, ainda assim detêm inúmeras outras influências étnicas, as quais foram imprescindíveis para a sua formação.

Portanto, no capítulo em sequência, trataremos justamente do perfil populacional da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus de Triunfo em seus anos primordiais, a fim de visualizarmos de onde são provenientes seus primeiros colonizadores e o real impacto da migração açoriana para essa localidade. Dessa maneira, através da análise do primeiro livro de batismos⁵⁶ de livres, bem como do primeiro livro de casamentos de pessoas livres brancas da paróquia de Triunfo⁵⁷ e, ainda, com base no primeiro Rol de Confessados de 1758⁵⁸, procuraremos retratar, em linhas gerais, um esboço dessa sociedade bastante misturada e diversificada que surgia às margens dos rios Jacuí e Taquari na metade do século XVIII.

⁵⁴ Rol dos Confessados da nova paróquia do Bom Jesus do Triunfo no ano de 1758 - ACMRJ

⁵⁵ KÜHN, 2006, op.cit, p.220.

⁵⁶ Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” – AHCOMPA.

⁵⁷ Livro 1 – A de Casamentos de Triunfo (1757-1794) – AHCOMPA.

⁵⁸ Rol dos Confessados da nova paróquia do Bom Jesus do Triunfo no ano de 1758 – ACMRJ.

2. DOS REGISTROS PAROQUIAIS ÀS ORIGENS DE TRIUNFO

A segunda metade do século XVIII representou o início do processo de formação populacional da freguesia de Triunfo, que foi documentado parcialmente em inúmeras obras a respeito da imigração açoriana e do surgimento do Rio Grande do Sul. Apesar de associada constantemente ao desenvolvimento do Continente do Rio Grande de São Pedro e de outras freguesias, especialmente àquelas que representaram receptáculos para casais provenientes das Ilhas, a origem histórica e demográfica dessa localidade ainda se encontra muito pouco investigada pelas pesquisas historiográficas.

Nesse sentido, entender quem eram os primeiros moradores de Triunfo constituiu a estratégia principal, nesta pesquisa, para ampliarmos o conhecimento sobre o próprio desenvolvimento histórico da freguesia e desmistificar as suas heranças culturais, taxadas como “tipicamente açorianas”. Portanto, a fim de elaborar um primeiro traçado do quadro demográfico da população livre que se assentava às margens do rio Jacuí, investigamos as transcrições do 1º Livro de Casamentos (1757-1794) e do 1º Livro de Batizados (1757-1784) de Triunfo, elaboradas pelo genealogista Moacyr Domingues. Apesar de tratarmos apenas de fontes respectivas à população livre do período, conseguimos retratar um esboço de ao menos parte dessa sociedade ruralizada e dedicada à pecuária e à agricultura que aumentava rapidamente na localidade, e chegar a conclusões significativas acerca da “herança açoriana” de Triunfo conforme retrataremos a seguir.

2.1. Entre o amor e o arranjo: o matrimônio como estratégia de ascensão social.

A sociedade colonial, no século XVIII, estava inserida dentro do contexto do Antigo Regime, de modo que a família constituía o núcleo essencial de qualquer comunidade. Seguindo Israel Aquino, em um aprofundamento de conceitos já desenvolvidos por Hespanha, a família seria uma “unidade celular”, que servia de base para essa sociedade antiga. Assim sendo, “era uma palavra de contornos muito vastos, nela se incluindo agnados e cognados, mas ainda criados, escravos e até os bens”⁵⁹.

⁵⁹ AQUINO, Israel Silva. *Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social (Viamão – 1747-1773)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. P.23.

Nesse sentido, procuramos entender o perfil da comunidade originária de Triunfo com base na importância da família dentro do contexto colonial, a qual inicia justamente através do matrimônio. De acordo com Fábio Kühn, o casamento católico envolvia uma série de arranjos familiares que alimentavam a mentalidade aristocrática enraizada no Antigo Regime. Assim, era uma instituição baseada “nas premissas do enobrecimento social e da reciprocidade entre os agentes envolvidos na transação matrimonial”⁶⁰, de modo a constituir um mecanismo capaz de reforçar a riqueza, o *status* social e o poder, atributos essenciais da elite do período.

Por conseguinte, o matrimônio possibilitava não só a entrada de novos bens para um determinado núcleo familiar através do dote, mas também criava e fortalecia alianças de modo a formar o que entendemos como facções compostas pelas elites agrárias e mercantis da colônia. Dessa maneira, o casamento constituía o rito primordial de união entre duas famílias, mesclando-as em um ente só. Portanto, através do estudo da prática do matrimônio na sociedade setecentista de Triunfo, procuraremos delinear, de maneira geral, o perfil da comunidade livre que ali surgia, na medida em que esses núcleos domésticos configuravam peça central para o entendimento dessas redes sociais estabelecidas na época.

À vista disso, analisaremos informações extraídas do 1º Livro de Casamentos de Triunfo (1757-1794), a fim de tirarmos algumas conclusões acerca das heranças culturais e das conexões intraelite que ali se formavam enquanto mecanismos de sobrevivência familiar. Contudo, é necessário sublinhar que os dados aqui apresentados pretendem apenas mostrar um vislumbre de parte da história dessa freguesia, composta pela população livre e branca. Com base nisso, tentaremos, em certa medida, verificar até que ponto essa comunidade era açoriana, bem como identificar quais estratégias eram implementadas, dentro dessa sociedade, como forma de manutenção do patrimônio doméstico e da influência local.

O 1º Livro de Casamentos de Triunfo, juntamente com o 1º e 2º Livro de Batizados, já haviam sido manuseados por José de Araújo Fabrício, que publicou em 1947 um estudo genealógico dos primeiros povoadores de Triunfo. Esse trabalho, que a princípio elenca “todos os nomes registrados”⁶¹ nos livros paroquiais supramencionados, procura organizar as famílias que teriam ensejado o surgimento da freguesia no século XVIII.

Conforme analisado na dissertação de Roberta Volkweis, o estudo de Fabrício - que apresenta as famílias da freguesia a partir da “cabeça do casal”, ou seja, o patriarca - valoriza

⁶⁰ KÜHN, 2006, op.cit., p.175.

⁶¹ FABRICIO, 1947, op.cit.

a origem açoriana desses primeiros habitantes. A autora, que procura delinear as origens culturais da freguesia sob o ponto de vista arquitetônico, sistematizou e analisou os dados apresentados pelo genealogista. Ao relacionar a naturalidade das 192 famílias apresentadas por Fabrício, a primeira conclusão realmente enaltece a presença açoriana em Triunfo, de modo que 42,7% desses núcleos familiares seriam provenientes do Arquipélago dos Açores, enquanto 33,3% seriam originários da América portuguesa e 17,7% se classificariam como portugueses continentais⁶².

Entretanto, a fim de retratar o processo de permanência dessas famílias na freguesia, a autora buscou também apresentar os núcleos familiares que mais batizaram filhos. Tendo em vista que os numerosos descendentes dessas famílias seriam imperativos para o processo de crescimento e desenvolvimento de Triunfo, Volkweis analisa a naturalidade das famílias mais numerosas, as quais poderiam exercer maior impacto demográfico na localidade. Através dessa nova abordagem ao estudo de Fabrício, constata-se uma “maior proporção de imigrantes de Portugal continental sobre os imigrantes dos Açores, da Madeira e do Brasil”⁶³.

Apesar de não ter trabalhado diretamente com as fontes paroquiais utilizadas por Fabrício e por este trabalho, Volkweis forneceu alguns indícios de que a comunidade de Triunfo não tivesse sido tão impactada pelos açorianos como as pesquisas da década de quarenta pareciam concluir. Além disso, a sistematização dos dados elencados originariamente por Fabrício nos apresentou uma discrepância muito grande em relação ao número de famílias que despontavam em Triunfo na segunda metade do século XVIII, conforme podemos verificar na Tabela 1 a seguir.

⁶² Cabe destacar que José de Araújo Fabrício trabalhou não só com o 1º Livro de Batizados analisado neste trabalho, mas também com os registros paroquiais respectivos à tranqueira de Santo Amaro, fato que contribuiu para um número tão alto de açorianos em seus estudos. Agradecemos Israel Aquino por apontar esse detalhe importante.

⁶³ VOLKWEIS, op.cit., p.90

Tabela 1

Naturalidade de noivos e de noivas casados em Triunfo (1757-1794).

Naturalidade	Noivos	%	Noivas	%
Brasil	174	54,72%	232	72,96%
Arquipélago dos Açores	53	16,67%	33	10,38%
Portugal	39	12,26%	0	0,00%
Não Informado	35	11,01%	49	15,41%
África	7	2,20%	4	1,26%
Espanha	7	2,20%	0	0,00%
América Espanhola	2	0,63%	0	0,00%
Ilha da Madeira	1	0,31%	0	0,00%
Total Geral	318	100,00%	318	100,00%

Fonte: Livro 1 – A de Casamentos de Triunfo (1757-1794) – AHCMPA.

Como é possível constatar, analisando os dados do 1º Livro de Casamentos, localizamos o registro de 318 matrimônios realizados entre 1757 e 1794, o que confere uma discrepância considerável em relação às 192 famílias destacadas por Fabrício em seu estudo sobre os primeiros habitantes da freguesia. Isso nos permite entender o motivo de o genealogista ter encontrado um perfil majoritariamente açoriano na região, tendo em vista que 126 famílias sequer foram consideradas em sua pesquisa. Assim, percebe-se que a porcentagem de 42,7% de açorianos é bastante exagerada, pois não leva em consideração inúmeros outros casais que se formavam na região no mesmo período. Não podemos afirmar com certeza a metodologia utilizada por Fabrício na compilação desse estudo sobre as primeiras famílias da freguesia em questão, mas fica bastante claro que a imponência açoriana é baseada apenas em parte dessa população livre presente nos registros de casamento.

É possível concluir, desse modo, que muitas informações presentes na fonte não foram levadas em conta pelo genealogista. A título de exemplo, apesar de constituir um livro direcionado à população livre, localizamos treze casamentos em que pelo menos um dos nubentes era escravizado, alguns deles sem naturalidade específica informada. Ademais, encontramos sete casamentos entre pretos/pardos forros, bem como a presença de nubentes indígenas em três casamentos. O fato de essas populações aparecerem no 1º Livro de Casamentos de livres, sob um rol extenso de indivíduos brancos, é muito interessante, mas não parece ter a mesma relevância dentro dos resultados obtidos por Fabrício⁶⁴. Entretanto,

⁶⁴ Provavelmente, esses casamentos foram registrados por engano no livro dedicado à população livre, mas entendemos que as exceções também merecem referência neste trabalho.

esses negros e indígenas, mesmo que em pequenas quantidades, já mostram por si só a variedade étnica e cultural que permeava os vastos campos da freguesia no período.

Para além disso, a Tabela 1 nos fornece muitos outros dados interessantes. No caso dos noivos de Triunfo, constatamos uma variedade maior de naturalidades do que em relação ao grupo feminino. Uma das explicações para isso reside no fato de que a migração era muito facilitada para os homens solteiros, pelo fato de que eram autorizados a viajarem sozinhos. As mulheres, em contrapartida, não tinham a mesma opção de mudarem de residência enquanto solteiras, a fim de procurarem oportunidades em outros lugares. Ainda, essa variação no quadro masculino de naturalidade só nos mostra como a situação fronteiriça do Continente ainda era instável e fluida, o que permitia uma mescla muito maior entre indivíduos provenientes de lugares distintos. A título de exemplo, vemos na tabela indivíduos naturais do Reino da Espanha, bem como de colônias da América Espanhola. A facilidade da entrada desses indivíduos, súditos de uma Coroa adversária à Monarquia lusa, é justamente explicada pelo difícil controle e domínio dessas regiões de fronteira que caracterizavam lugares como o Continente do Rio Grande de São Pedro.

Os dados também nos mostram que a população da freguesia possuía uma grande predominância de nubentes nascidos dentro da própria colônia. Ainda que tenhamos localizado 39 noivos portugueses (12,26%) e 53 noivos açorianos (16,67%), constatamos uma maioria de 174 noivos naturais da América portuguesa (54,72%). Apesar de contarmos com um elevado número de “não informados” (11,01%), ainda assim podemos favorecer a interpretação acerca da valorização de noivos nascidos na colônia dentro do mercado matrimonial da freguesia de Triunfo.

No caso das noivas, essa valorização é quase duas vezes maior, de sorte que 232 nubentes brasileiras (72,96%) foram registradas no livro matrimonial, enquanto apenas 33 nubentes açorianas (10,38%) marcam presença. Assim, mesmo que não tenhamos acesso a informações de naturalidade em relação à totalidade das 318 nubentes do livro de casamentos, podemos sugerir uma inclinação, dentro da comunidade de Triunfo, à prática da endogamia. Isso se torna ainda mais palpável quando analisamos as regiões de proveniência específicas dos noivos e das noivas nascidos na colônia, conforme consta na Tabela 2.

Tabela 2

Naturalidade de noivos e noivas nascidos na América portuguesa (1757-1794).

Naturalidade	Noivos	%	Noivas	%
Rio Grande do Sul	70	40,23%	209	90,09%
São Paulo	47	27,01%	7	3,02%
Santa Catarina	20	11,49%	8	3,45%
Curitiba	18	10,34%	3	1,29%
Rio de Janeiro	10	5,75%	0	0,00%
Minas Gerais	5	2,87%	2	0,86%
Espírito Santo	1	0,57%	0	0,00%
Mato Grosso	1	0,57%	0	0,00%
Colônia de Sacramento	1	0,57%	1	0,43%
Grão Pará	1	0,57%	0	0,00%
Pernambuco	0	0,00%	1	0,43%
Sergipe	0	0,00%	1	0,43%
Total Geral	174	100,00%	232	100,00%

Fonte: Livro 1 – A de Casamentos de Triunfo (1757-1794) - AHCMPA

Analisando a Tabela 2, encontramos novamente uma grande diversidade entre o grupo masculino, que comprova a maior facilidade de migração entre os homens solteiros em busca de enriquecimento em novas oportunidades de negócios. Além disso, o quadro nos permite confirmar, como visto no capítulo anterior, um grande impacto migratório efetivado por paulistas e catarinenses, cuja maioria era composta por ex-tropeiros e fazendeiros em busca de inserção dentro do mercado agropecuário sulino.

Além disso, o grupo de nubentes do sexo feminino parece fornecer informações ainda mais interessantes, tendo em vista a esmagadora maioria de mulheres nascidas dentro da Capitania do Rio Grande de São Pedro, representando 209 noivas (90,09%). Portanto, o quadro nos mostra que as mulheres sulinas eram de longe as mais procuradas dentro do mercado matrimonial da freguesia.

Segundo Fábio Kühn, as filhas das grandes famílias da elite colonial se tornaram, no século XVIII, um foco muito importante dentro das estratégias implementadas pelos patriarcas não só para a manutenção de patrimônio, como também para a ampliação do mesmo. Nesse sentido, as mulheres solteiras desempenhavam um papel social de grande importância dentro dessas comunidades coloniais, pois estavam frequentemente acompanhadas de dotes capazes de atrair homens solteiros providos de títulos de nobreza, patentes militares, dinheiro ou influência política.

Na maioria das vezes, entretanto, eram as noivas que traziam o maior quinhão dentro da negociação do casamento, enquanto o noivo acrescentava seu “sangue branco ou ainda outros atributos positivos que ele pudesse trazer consigo (nobreza, capacidade guerreira ou perícia tecnológica)”⁶⁵. Apesar disso, essa era uma troca que agregava muito ao poder político e às conexões da família da noiva, garantindo não só o elevado grau patrimonial, mas também a posição social da família dentro das estruturas do Antigo Regime.

Ademais, mesmo que houvesse transmissão de bens através do dote, podemos afirmar que o patrimônio permanecia dentro da família da noiva, mesmo que indiretamente. Ainda que passasse a ser controlado e gerenciado mormente pelo marido, o patrimônio também continuava propriedade da esposa, mesmo que dividido universalmente com o cônjuge. Por fim, os bens passados adiante através do dote igualmente eram capazes de ser mantido pelos descendentes desse mesmo núcleo doméstico através dos direitos de sucessão.

Apesar de a prática do dote ter decaído muito a partir do século XVIII na colônia, Fábio Kühn demonstra que, no sul, ainda era uma prática largamente utilizada pelas famílias da elite agrária. Mesmo que não fossem de valores tão altos quanto em outras regiões da colônia, os dotes sulinos ainda eram bastante generosos, sendo compostos majoritariamente por “terras, gado e escravos”⁶⁶. No caso de Triunfo, o autor constatou que a presença do dote como transmissão patrimonial chegou a níveis surpreendentes. Assim, através da análise da Relação de Moradores de 1784 de Triunfo, Kühn conclui que 43% das propriedades recenseadas perpassaram por estratégias de transmissão familiar, sendo que “as relações dotais estavam presentes em cerca de um terço do total das propriedades recenseadas”⁶⁷.

Dessa maneira, a valorização das filhas da elite agrária do Continente de Rio Grande de São Pedro pode ser interpretada como parte desse mecanismo de sobrevivência familiar e continuidade do patrimônio. Isso se mostra bastante visível se analisarmos o caso de Jerônimo de Ornelas, que, em Triunfo, utilizou da prática do dote no processo de casamento de todas as suas oito filhas. Mesmo que não tenham constituído valores altos, ainda assim é bastante clara a opção, do patriarca, em investir nas filhas solteiras como um atrativo para genros extropeiros e fazendeiros, que agregariam suas habilidades e contatos em prol do núcleo familiar de Ornelas⁶⁸. Portanto, o grau de acumulação patrimonial e de prosperidade dessa família

⁶⁵ KÜHN, 2006, op.cit., p.178

⁶⁶ *Ibidem*, p.181

⁶⁷ *Ibidem*, p.188

⁶⁸ *Ibidem*, p.229

pode, sem dúvida, creditar o papel das filhas mulheres desse patriarca dentro das estratégias elaboradas pelo pai.

A valorização das solteiras nascidas na colônia não foi observada apenas na freguesia de Triunfo. O impacto da migração açoriana também foi objeto de estudo de Ana Scott e Gabriel Berute nas freguesias de Viamão, de Taquari e de Porto Alegre, sendo que, nas duas últimas freguesias, foi constatada a mesma preferência por mulheres naturais da América portuguesa. De modo contrário, verificou-se que, em Viamão, as noivas açorianas exerciam uma maior popularidade dentro da comunidade local, conforme consta na Tabela 3, replicada dos autores.

Tabela 3

Naturalidade dos nubentes: Viamão, Taquari e Porto Alegre (1747-1800).

Local	Viamão (1747-1800)				Taquari (1767-1800)				Porto Alegre (1772-1800)			
	Noivos	%	Noivas	%	Noivos	%	Noivas	%	Noivos	%	Noivas	%
Açores	29	22,00	39	29,50	37	13,50	13	4,70	52	9,20	27	4,80
África	1	0,30	1	0,80	37	13,50	31	11,30	21	3,70	18	3,20
Argentina	2	1,50	2	1,50	0	0,00	0	0,00	6	1,10	1	0,20
Brasil	56	42,40	74	56,10	138	50,20	175	63,30	278	49,20	397	70,30
Chile	1	0,80	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,20	0	0,00
Espanha	1	0,80	1	0,80	1	0,40	0	0,00	3	0,50	0	0,00
Ilha da Madeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,50	0	0,00
Paraguai	3	2,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Portugal	24	18,20	0	0,00	11	4,00	1	0,40	103	18,20	3	0,50
Uruguai	2	1,50	0	0,00	0	0,00	0	0,00	13	2,30	12	2,10
Não Identificado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	14	2,50	5	0,90
Não Informado	13	5,80	15	11,40	51	18,50	55	20,00	71	12,60	102	18,10
Total	132	100,00	132	100,00	275	100,00	275	275,00	565	100,00	565	100,00

Fonte: SCOTT&BERUTE, 2014, p.134.

A freguesia de São José do Taquari possui grande relação com as fontes aqui analisadas, pois foi desmembrada de Triunfo em 1763. Vimos que o território desta última era extremamente abrangente, tendo sob sua circunscrição inúmeros núcleos populacionais que aos poucos foram se separando conforme se desenvolviam. Portanto, até a década de sessenta, os habitantes das margens do rio Taquari estavam contemplados pela mesma paróquia de Triunfo, de modo que certamente aparecem nos primeiros anos do 1º Livro de Casamentos aqui analisado.

A comunidade que cresce em Taquari foi especificamente pensada para receber os imigrantes ilhéus, representando uma solução temporária para os problemas de assentamento

que esses casais enfrentavam desde sua chegada ao Continente. Segundo Wiederspahn, teriam sido em número de 30 os casais açorianos para lá deslocados os primeiros habitantes daquelas terras⁶⁹.

Apesar disso, a presença desses açorianos ainda parece um pouco tímida nos dados trazidos por Scott e Berute. Entre 1763 e 1800, os autores localizaram 275 registros de casamento, dos quais encontramos um elevado número de indivíduos nascidos na América portuguesa, contando com 168 noivos (50,2%) e 175 noivas (63,3%) dessa naturalidade. Os autores não informaram se os livros utilizados para a extração dos dados de naturalidade de nubentes na freguesia possuía separação entre livres e escravizados, mas percebemos um considerável número de noivos e noivas africanos em Taquari: 37 homens (13,5%) e 31 mulheres (11,3%). As populações negras no livro de casamentos de Taquari chegam a superar, inclusive, o número de ilhéus para lá trasladados. Esses contaram com 37 noivos (13,5%), mesmo número de nubentes do sexo masculino negros, e com apenas 13 mulheres (4,7%) açorianas. Cabe lembrar que esses dados foram extraídos de um período de 33 anos (1767-1800), o que nos mostra que as famílias que se formavam nessa freguesia não eram majoritariamente açorianas nesse primeiro momento.

A freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, conhecida também como “Porto dos Casais”, é desmembrada de Viamão em 1772, experimentando logo na sequência um crescimento populacional astronômico⁷⁰. Apesar de ter sido amplamente ligado à imigração açoriana, Scott e Berute afirmam que “a presença dos imigrantes das Ilhas não parece ter sido o principal vetor no número de matrimônios realizados na nova capital rio-grandense”⁷¹.

Como a Tabela 3 mostra, Porto Alegre segue o mesmo padrão encontrado, principalmente, em Triunfo e Taquari. Entre 1772 e 1800, no decorrer de 28 anos, foram registrados 565 casamentos, dentre os indivíduos nascidos na colônia são claramente preponderantes, contando com 278 noivos (49,2%) e com 397 noivas (70,3%). Portugal

⁶⁹ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979a. (Coleção Caravela). P.98

⁷⁰ O caso de Porto Alegre é também bastante complexo, tendo sido analisado por pesquisadores como Luciano Gomes⁷⁰. Tendo em vista o limite de espaço e tempo possíveis de serem explorados em uma monografia, decidimos nos apoiar apenas nos dados trazidos por Scott e Berute, apesar de os estudos demográficos dessa região serem muito mais profundos do que inicialmente pode se considerar. GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

⁷¹ SCOTT&BERUTE, op.cit., p.131

continental também foi bastante representativo no que tange ao sexo masculino, com 103 noivos (18,2%). Em relação aos açorianos nessa freguesia, foram encontrados apenas 52 noivos (9,2%) e 27 noivas (4,8%). A freguesia também contou com uma diversidade de naturalidades maior, de uma forma bastante semelhante a Triunfo: a América Espanhola encontra-se bastante representada, bem como a África, o que se estende tanto ao caso dos noivos, como no caso das noivas.

De modo distinto, a migração de ilhéus exerceu um impacto muito maior nos quadros populacionais de Viamão. Em apenas 12 anos (1747-1759), dos 132 casamentos de livres ocorridos nessa freguesia, contou-se com 39 noivas açorianas (29,5%) e com 29 noivos açorianos (22%) nos registros matrimoniais. Esse é um número muito elevado, pois se levarmos em conta os 318 casamentos ocorridos em 42 anos (1757-1794) em Triunfo, verificamos a existência de apenas 33 noivas açorianas e de 53 noivos açorianos. Mesmo que a presença de nubentes nascidos na colônia também seja majoritária em Viamão, ainda assim é possível verificar um concreto impacto de famílias açorianas na freguesia.

Nesse sentido, é importante compreender que, mesmo estando próximas umas das outras, essas freguesias poderiam apresentar comportamentos distintos no processo de formação familiar de suas comunidades. Assim, os estudos de Maria Luiza Bertulini Queiroz sobre o impacto da população açoriana na Vila de Rio Grande entre os anos 1756 e 1763 também nos mostram resultados completamente diferentes da experiência de Triunfo. A pesquisadora analisou 223 casamentos referentes à população livre, concluindo que 172 casais (77,1%) eram compostos por, pelo menos, um nubente açoriano. Dessa maneira, apenas 51 casais (22,9%) não contavam com a proveniência do Arquipélago dos Açores. Diferentemente de Triunfo, Rio Grande contou com o predomínio numérico da população açoriana em relação ao restante da população branca da região na década de cinquenta. Por conseguinte, a autora confirma que a migração de ilhéus “representou um acréscimo de pelo menos 1.273 pessoas adultas brancas, a uma população que, incluindo todos os grupos raciais, na metade da década anterior, teria ‘1.400 almas’”⁷².

Mesmo após a invasão da vila e a posterior reconquista em 1776, os açorianos ainda exerciam uma palpável influência numérica na povoação local. Sabemos que durante o domínio espanhol na localidade, inúmeras famílias fugiram para o restante do Continente e da colônia, deixando alguns poucos indivíduos para trás. Dos 714 casais que estavam assentados

⁷² QUEIROZ, op.cit., p.91

em Rio Grande em 1763, apenas 109 foram recuperados após a retomada da vila⁷³. Sobre esses casais restantes, Queiroz analisa que 177 casais com participação açoriana foram adicionados à população local entre 1776 a 1789⁷⁴, uma quantidade considerável se comparado com o contingente demográfico que restou após a invasão espanhola.

Por conseguinte, de todas as freguesias analisadas, talvez o padrão matrimonial de Porto Alegre seja o mais semelhante à freguesia de Triunfo. Apesar de ter mais que o dobro de casamentos, as tabelas referentes à Triunfo parecem um espelhamento de Porto Alegre em uma escala mais diminuta. No mesmo sentido, Taquari também acompanha Triunfo quanto à naturalidade de noivos e noivas de seus livros eclesiásticos: os indivíduos nascidos na colônia parecem ser os solteiros preferenciais do período, pelo menos nessas regiões estancieiras, onde o acesso a terra e a demais posses ainda eram transmitidos via matrimônio, através da prática do dote.

Além disso, cabe destacar que, no 1º Livro de Casamentos de Triunfo, encontramos somente 27 casais em que ambos os noivos e as noivas eram provenientes das Ilhas. Destes, o padre ministrante, Thomas Clarke, fez questão de sublinhar os casais assistentes trasladados para a colônia através do Edital; portanto, localizamos 12 casais especificamente detalhados pelo padre como “casais del Rey assistentes na tranqueira de Santo Amaro”⁷⁵. Essa é uma informação importante de levarmos em consideração, tendo em vista que, muitas vezes, os párocos não anotavam nos livros paróquias essas observações a respeito dos nubentes. A título de exemplo, Scott e Berute analisam o caso de Taquari, cujos livros também eram assinados por Thomas Clarke, e que não possuem anotações nesse sentido. Segundo os autores, talvez por ter sido uma freguesia criada especificamente para receber esse contingente populacional, as autoridades eclesiásticas não tenham sentido a necessidade de delinear essas informações. Assim, é possível que, nos livros analisados nesse trabalho, alguns casais açorianos tenham vindo através do Edital e não tenham sido caracterizados dessa forma nos registros matrimoniais. Contudo, em comparação com a experiência de uma freguesia próxima, Taquari, vemos esse esforço de detalhamento sendo empenhado no caso de Triunfo. Dessa forma, levaremos em consideração o que está presente nos livros; mas sem deixar de lado a possibilidade de interpretações distintas.

⁷³ *Ibidem*, p.132

⁷⁴ *Ibidem*, p.136

⁷⁵ Livro 1 – A de Casamentos de Triunfo (1757-1794) – AHCOMPA.

Assim sendo, frente aos dados aqui apresentados, é possível concluir que a instituição do matrimônio, dentro de Triunfo, seguia uma lógica de valorização da população natural da colônia, em especial no que tange às mulheres. Sendo predominantemente rural, apresentava um fechamento dos grupos sociais de elite, e buscava no casamento um modo de transmitir, dentro das famílias, as terras e bens já adquiridos. Mesmo que o mercado de homens solteiros possa oferecer uma diversidade razoável, ainda assim notamos uma maior preferência por aqueles nascidos na Capitania sulina e, provavelmente, já conhecidos de muitas pessoas da comunidade local. Mais que isso, percebemos que a figura das moças em idade de casar era ainda mais privilegiada se possuíssem ligação com a ascendência da elite local. Fica claro, através da análise dos registros, que essas solteiras eram as mais cobiçadas em função do dote, e atraíam, para dentro do núcleo familiar, homens capazes de agregar prestígio, nobreza e habilidades. Assim, vemos que o casamento, em Triunfo, era um verdadeiro mecanismo de sobrevivência dessa elite agrária dentro de um intrincado sistema social⁷⁶.

Por fim, é necessário sublinhar que os dados aqui analisados não têm a pretensão de trazer um espelhamento da sociedade de Triunfo no século XVIII, pois não contemplam o total da população do período, também composta por escravizados e indígenas. Ademais, levamos em consideração aqueles indivíduos cuja naturalidade sequer foi informada, ou que possa ter sido registrada equivocadamente, bem como aqueles casais que já migraram casados e que, portanto, não estão contemplados no livro de casamentos. Também levamos em conta o fato de que a naturalidade de um indivíduo não necessariamente está relacionada com a sua cultura, ou com suas práticas, crenças e hábitos do dia a dia. Apesar disso, acreditamos que os numerosos dados aqui abordados a respeito da população livre do período, ainda tão pouco estudados, possam dar as primeiras pinceladas no que a comunidade de Triunfo realmente era em seus tempos primordiais.

Entretanto, a análise de casamentos apenas nos permite enxergar as famílias que estavam se formando dentro desse contexto. Alguns desses casais reproduziram filhos, os quais dariam continuidade no desenvolvimento do espaço onde nasceram. Assim, através da análise dos registros de batismo desses descendentes, podemos ver, de uma maneira genérica e comparativa, quais famílias permaneceram na freguesia, de onde elas vieram e quais as

⁷⁶ Segundo Hespanha, a sociedade de Antigo Regime, apesar de ser consideravelmente rígida no que tange à “mobilidade social”, não era uma sociedade de castas. Os indivíduos, portanto, poderiam ascender ou descender dentro dos níveis de hierarquia social, mesmo que de forma limitada e pouco dinâmica, através do passar do tempo, ou pela própria obra dos agentes dessa comunidade. HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime*. Tempo, Rio de Janeiro: UFF, v.16, n.21, p.132

ligações que fizeram, com base na prática do compadrio, a fim de sobreviverem nessa complexa sociedade setecentista.

2.2. Naturalidade, legitimidade e compadrio: um estudo sobre o batismo e suas implicações sociais.

Sendo a família um aspecto nuclear e estrutural das sociedades do Antigo Regime, cabe analisarmos não só vínculos matrimoniais que a constituem, mas também os laços criados dentro dessas comunidades através do rito do batismo. No século XVIII, a vida na colônia era profundamente regida pela fé e pelos preceitos católicos, em especial no que toca à população livre. Dessa forma, o batismo era um ritual de extrema importância após o nascimento de uma criança, na medida em que a purificava espiritual e fisicamente, fazendo-a renascer imaculada dentro do Reino de Deus.

Através do batismo, o bebê não só era libertado das impurezas do pecado original e do parto, mas também ganhava sua família espiritual por meio do compadrio⁷⁷. Nesse sentido, padrinhos e madrinhas eram convidados pelos pais da criança para guiá-la nos caminhos da fé católica, assegurando uma existência sem pecados e objetivando a chegada ao Paraíso. Assim, enquanto os pais biológicos eram responsáveis pela criação propriamente dita dos filhos, os pais espirituais estavam responsabilizados pela evolução do espírito desses rebentos, executando uma função sagrada na vida dos mesmos na forma de fiadores públicos de sua fé. Contudo, o batismo criava outros laços que extrapolavam aqueles de cunho religioso.

A prática do compadrio também funcionava como uma estratégia familiar de sobrevivência dentro da sociedade setecentista. Nesse sentido, criava um vínculo entre duas famílias distintas, de modo a estabelecer alianças que ajudariam ambas a superarem diversos problemas de ordem política, financeira ou pessoal dentro das comunidades locais⁷⁸. Assim sendo, esses dois núcleos familiares, anteriormente separados, passavam a criar um vínculo de lealdade respaldado nos preceitos da fé católica, que superava a necessidade da consanguinidade⁷⁹. O batismo, assim, possuía o poder de formar famílias “fictícias”: apesar de o padrinho não ter relação sanguínea com seu afilhado, suas famílias estavam conectadas espiritualmente e, portanto, eram parentes em um sentido mais abstrato e sagrado.

⁷⁷ KÜHN, 2006, op.cit. P.233

⁷⁸ AQUINO, op.cit., P.29

⁷⁹ *Ibidem.*

Desse modo, era aos padrinhos batismais que o afilhado e sua família poderiam recorrer em momentos de necessidade, ou então para solicitar favores, privilégios ou ajuda na promoção de cargos. Isso fazia com que, conseqüentemente, o compadrio fosse, na maioria das vezes, uma relação hierárquica vertical, em que os padrinhos estivessem em um *status* social acima da família do batizado⁸⁰. Entretanto, o apadrinhamento horizontal também era bastante utilizado, de modo que duas famílias de mesma ordem hierárquica se vinculassem pelo batismo de uma criança de modo a reforçar e manter seus atuais estados de influência e patrimônio.

Nesse sentido, através do rito batismal, as comunidades das freguesias coloniais iam, aos poucos, criando redes sociais que possibilitavam a ascensão de alguns grupos para níveis de maior prestígio e também permitiam a maior acumulação de patrimônio por essas alianças. Na maioria das vezes, a prática do compadrio se traduzia em uma espécie de relação clientelar, em que se tornava necessário atender às expectativas dos padrinhos para alcançar determinados benefícios oferecidos por essa conexão. Nessa medida, um padrinho só aceitaria batizar outro filho de uma mesma família se visse essa rede clientelar funcionando em benefício próprio também⁸¹. Assim, além de constituir importante rito dentro da fé católica, o compadrio não deixava de ser um mecanismo de negociação dentro da sociedade setecentista.

Nesse sentido, entendem-se, neste trabalho, os registros batismais como importantes fontes para começar a entender as famílias que constituíam o núcleo essencial das comunidades coloniais. Desta feita, analisaremos nesta seção grande parte das informações trazidas pelo 1º Livro de Batizados de livres da freguesia de Triunfo, concernentes ao período de 1757 a 1784. Intentamos, com isso, atingir uma visualização um pouco mais concreta de quem eram famílias que ali se reproduziam. Nesse sentido, procuraremos entender de onde vinham esses pais e mães que batizavam seus rebentos no período, e que tipos de relações de compadrio eram estabelecidas. Pretendemos, por conseguinte, ampliar um pouco mais o vislumbre que temos acerca da comunidade original de Triunfo, através do estudo dos registros batismais e seus reflexos.

Ao sistematizarmos as informações do 1º Livro de Batizados de Triunfo, localizamos um total de 589 batismos de crianças livres, sendo o primeiro registro acerca de Cristina, datado de 16/03/1757. A menina era filha legítima de Luís Pacheco de Miranda, natural de

⁸⁰ KÜHN, 2006, op.cit., P.230

⁸¹ *Ibidem*, P.232

Braga, Portugal, com Gertrudes Barbosa de Menezes, natural de Viamão, filha de Jerônimo de Ornelas. O livro, assim, é inaugurado com a herdeira de uma extensa família da elite agrária local, sendo inclusive apadrinha pelos próprios avós maternos, estabelecendo uma relação de compadrio horizontal.

O primeiro batismo de descendente açoriano acontece apenas alguns dias depois, em 24/03/1757, e diz respeito à Francisca, filha de Manuel da Silva, natural da Ilha de São Jorge e de Maria Vaz, natural de Laguna. Assim como o batismo de Cristina, o compadrio estabelecido com a família de Francisca também envolve uma das descendências mais poderosas da região, pois tinha como padrinho Francisco da Silva e sua esposa Maria Leme Barbosa, também filha de Jerônimo de Ornelas. Nesse sentido, Francisco da Silva foi um dos maiores estancieiros da região, o que confere ao batismo da pequena Francisca um grau elevado de distinção. Sua família, assim, claramente buscou a vinculação, logo no primeiro ano da freguesia, com um dos indivíduos mais abastados da região, uma estratégica manobra de sobrevivência social para quem havia recém chegado naquelas paragens.

Os dados de naturalidade dos pais e mães dos batizados também nos fornecem informações interessantes sobre as famílias de Triunfo na segunda metade do século XVIII:

Tabela 4

Naturalidade dos pais e mães dos batizados em Triunfo (1757-1784)

Naturalidade	Pais	%	Mães	%
Brasil	203	34,47%	390	66,21%
Portugal	145	24,62%	0	0,00%
Não informado	131	22,24%	140	23,77%
Arquipélago dos Açores	85	14,43%	58	9,85%
Galícia	13	2,21%	0	0,00%
Ilha da Madeira	10	1,70%	0	0,00%
Catalunha	1	0,17%	0	0,00%
Espanha	1	0,17%	0	0,00%
América Espanhola	0	0,00%	1	0,17%
Total Geral	589	100,00%	589	100,00%

Fonte: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1784)” – AHCMIPA.

Diferentemente dos percentuais extraídos do livro de matrimônios, o livro de batizados nos oferece um percentual muito alto de naturalidades paternas e maternas não informadas, o que abala conclusões muito exatas possamos tirar dessa fonte. Entretanto, dentre aqueles que nos são informados, também podemos notar algumas informações relevantes. A título de

exemplo, vemos que os grupos açorianos aparecem de forma mais consistente nesse livro. Nesse sentido, foram feitos pelo menos 85 registros em nome de pais açorianos (14,42%), e em 58 casos encontramos mães açorianas (9,85%). Ademais, havíamos localizado 27 casais, no livro de casamentos, em que ambos os nubentes eram açorianos. Neste segundo livro, localizamos 28 casais, apesar de nenhum estar identificado enquanto “Casais assistentes del-Rey”. A presença açoriana, assim, embora ainda não nos permita concluir um grande impacto na formação redes familiares da região, ainda assim se mostra persistente e em constante processo de reprodução, mesmo que de forma um pouco tímida.

Uma semelhança que podemos apontar ao compararmos a Tabela 4 com a Tabela 1 é o índice de indivíduos naturais da Espanha continental, bem como da América espanhola, parece mais ou menos em equilíbrio com o número de noivos e noivas dessas naturalidades. Em contrapartida, os homens de Portugal continental, que apareceram em uma escala um pouco menor na Tabela 1, aumentaram consideravelmente no livro de batismos, contando com 145 registros de pais advindos do reino luso (24,62%). Isso nos mostra como muitos casais já vieram formados de suas terras natais e que, portanto, não tiveram espaço dentro do livro analisado anteriormente. Assim, o livro de batismos nos fornece a possibilidade de contemplar, em nosso esforço de pesquisa, esses indivíduos que até então não haviam aparecido, mas que efetivamente se instalaram em Triunfo e ali tiveram numerosos descendentes.

Ademais, assim como os casamentos nos mostraram uma forte tendência endogâmica, principalmente no que toca às noivas, os livros de batismo parecem seguir na mesma direção. Nesse sentido, localizamos 203 batismos em que os pais eram naturais da colônia (34,47%), e 390 com mães dessa mesma naturalidade (66,21%). Dentre este último grupo, as mulheres continuaram tendo maior representatividade do Continente do Rio Grande de São Pedro, sendo 71,03% delas provenientes dessa região, enquanto 10,77% eram paulistas e 7,95% catarinenses. Outras regiões também foram registradas, mas todas com um baixo índice percentual. Portanto, dentre as maiorias de pais e mães localizados no livro de batizados, podemos afirmar que ainda a maioria era de nascidos na colônia, seguido por uma considerável população advinda de Portugal.

Em comparação com outras freguesias, porém, Triunfo continua tendo uma pequena presença açoriana. Nesse sentido, Alexandra Alvim, analisando os registros de batismos de Triunfo respectivos somente aos casais assistentes na tranqueira de Santo Amaro entre 1757 e

1774, localizou 83 batismos em que nenhum pai ou mães naturais da América portuguesa foi encontrado. A autora sublinha, assim, que de um total de 166 pessoas, apenas 12,65% deles não eram das ilhas. Dessa maneira, podemos perceber que, apesar de essa população açoriana estar contemplada pela paróquia de Triunfo no período, estavam não só circunscritas ao perímetro de Santo Amaro, como também receberam um livro específico para seus batizados. Assim, é bastante possível que os açorianos que estão presentes nos livros analisados nesse trabalho não sejam, em grande parte, associados a esse grupo migrado através do Edital de 1747, tendo muito provavelmente realizado a travessia por inúmeros motivos e sem financiamento da Coroa.

A freguesia de Rio Grande de São Pedro também contou com um alto índice de batizados açorianos. Dentre os 223 registros analisados por Maria Luiza Bertuline Queiroz entre 1756 e 1763, 172 (77,1%) deles tiveram participação açoriana, enquanto apenas 51 (22,9%) tiveram participação exclusiva de outras naturalidades. No ano de 1757, por exemplo, essa participação de ilhéus nos registros batismais chegou em 86,5%, representando, assim, outro caso muito diferente de Triunfo⁸².

Apesar de o estudo das naturalidades dessas pessoas ser importante para compreendermos as famílias que ali se formavam, bem como suas heranças culturais, também cabe destacarmos os índices de legitimidade. Segundo Sheila de Castro Faria, esses índices podem mudar de acordo com a atividade produtiva de cada região, ou até mesmo em função da localização da mesma⁸³; portanto, se tornam elementos importantes para entendermos o perfil de uma comunidade do período.

Tabela 5

Legitimidade em Triunfo (1757-1784).

Legitimidade	Batizados	%
Legítimo	580	98,47%
Exposto	3	0,51%
Natural	3	0,51%
Pais incógnitos	2	0,34%
Não informado	1	0,17%
Total Geral	589	100,00%

Fonte: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1784)⁸² – AHCMPA.

⁸² QUEIROZ, op.cit., p.91

⁸³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P.52

Assim, a Tabela 5 indica um altíssimo nível de legitimidade dentro da freguesia, na medida em que 98,47% dos batizados eram filhos de pais casados de acordo com os preceitos da Igreja Católica⁸⁴. Esse grau de legitimidade era muito comum em regiões rurais e menores, na medida em que continham grupos sociais fechados, onde todos se conheciam. Assim, a reprodução de filhos indesejados e fora do casamento era moralmente prejudicial na sociedade setecentista, sendo vista não só como pecado, mas como um problema inerente ao caráter individual.

Apesar de o casamento ser um processo longo e financeiramente custoso, a maioria dos indivíduos livres se esforçava ao máximo para viverem em uma relação legal e reconhecida pela Igreja. Isso, contudo, significava que populações minoritárias e pobres não tivessem recursos o suficiente para se casarem legitimamente, motivo que explica por que as populações escravizadas se reproduziam em graus elevados de ilegitimidade. Portanto, o matrimônio católico era uma forma de relação lícita e legal a qual nem todos tinham condições de alcançarem. Era, em outras palavras, um privilégio que encontrava majoritariamente a população livre⁸⁵.

Contudo, ainda percebemos algumas exceções à legitimidade em Triunfo. Encontramos três crianças nascidas de relação ilegítima; portanto, registradas como naturais. Ainda, dois batizados eram filhos de mães solteiras, estando os pais incógnitos nos registros.

Ademais, encontramos três crianças expostas ou enjeitadas. Essas crianças eram deixadas na porta das casas das famílias mais aquinhoadas e eminentes na comunidade, as quais podiam escolher entre ficar com a responsabilidade de cuidar da criança ou encaminhá-la para as casas de enjeitados. Sheila de Castro Faria diz que, frequentemente, essas famílias receptoras acabavam ficando com os expostos, não só porque algumas casas de assistência ficavam muito longe, mas também porque, em algumas situações, se livrar de uma criança necessitada poderia abalar o prestígio e imagem dos recebedores frente à comunidade⁸⁶. Além disso, para Jonathan Fachini e Thiago de Paula, o acolhimento de enjeitados representava

⁸⁴ Devemos levar em consideração que, em comparação com o restante da colônia, esse índice de legitimidade é muito alto. Isso se deve pelo fato de estarmos considerando apenas a legitimidade entre brancos, não estando contemplados nesse cálculo as populações indígenas livres. Estes estavam registrados em livro separado, e por isso a taxa de legitimidade da freguesia resultou tão alta. Agradecemos à Israel Aquino por ter chamado a atenção para esse detalhe importante dos cálculos de legitimidade.

⁸⁵ *Ibidem*, p.57-58

⁸⁶ *Ibidem*, p.70

“uma demonstração pública de caridade, prática extremamente necessária para a construção da salvação da alma e legitimação de poder para as famílias mais abastadas”⁸⁷.

Os filhos expostos eram encontrados em maiores taxas em centros urbanos, em especial naqueles em que as “rodas”, instituídas pelas Casas de Misericórdia, estavam instaladas. O anonimato era preferível na hora de se abandonar um rebento indesejado e, portanto, muitas pessoas iam até esses centros urbanos em busca desses serviços de caridade oferecidos pelas irmandades religiosas⁸⁸. Isso não quer dizer que os enjeitados não existissem nas zonas rurais, como os próprios registros de Triunfo comprovam. Apesar de aparecerem em menor número nos registros batismais, eles ainda se revelavam em muitos livros do período.

No 1º Livro de Batizados encontramos apenas um registro em que a casa onde o exposto foi abandonado é especificada. Referimo-nos ao caso de Gabriel, batizado em 18/09/1774, que foi deixado na estância de Antônio José Machado de Araújo, este inserido na elite agrária da região. Gabriel foi apadrinhado pelo filho do grande estancieiro, Elesbão Machado de Araújo e por sua irmã mais nova, Joaquina Sotéria de Araújo, o que nos permite imaginar que a família tenha realmente acolhido a criança aos seus cuidados.

Além da questão da legitimidade, o livro de batismos permite analisarmos os padrinhos e madrinhas que protagonizavam essas complexas relações de compadrio. Infelizmente, não temos acesso a informações completas de naturalidade dos padrinhos para estabelecermos uma rede mais complexa de vínculos; contudo, conseguimos coletar alguns detalhes interessantes para expandirmos nosso vislumbre sobre a sociedade setecentista de Triunfo.

Encontramos 135 registros em que padrinhos de altas patentes militares foram escolhidos. Dentre esses, listamos os que apareceram em maior número: 50 eram Capitães, 28 eram Tenentes e 17 eram Alferes. Em 31 casos, o padrinho era Padre, sendo a maioria desses registros representados pela figura de Thomas Clarke, o primeiro pároco de Triunfo. Assim, nota-se que a comunidade em questão procurava com bastante frequência padrinhos que estivessem em posições sociais distintas, dada a importância das patentes militares ou da eminência espiritual no período. Além disso, as madrinhas foram, em grande maioria,

⁸⁷ SILVA, J.F.; PAULA, T.N.T. O Fenômeno da exposição de crianças em dois extremos: freguesias de Porto Alegre e da Cidade do Natal, séculos XVIII e XIX. *Diálogos*, v.23, n.2, 2019, p. 258.

⁸⁸ *Ibidem*, p.69

representadas por pessoas da própria família do batizado, em especial no que tange as tias e as avós. Sobre isso, percebemos que os registros encontrados seguem diretamente com o entendimento de Israel Aquino e Fábio Kühn:

“A escolha dos compadres normalmente recaía sobre homens de status semelhante ou superior, demonstrando uma estratégia de criação de vínculos com iguais que buscava estender os laços sociais. As madrinhas, por outro lado, eram comumente escolhidas entre mulheres da família, em movimento projetado de modo a reforçar laços familiares; a escolha dos padrinhos cumpria, assim, uma função dupla, de criar novos laços e reforçar relações existentes, gerando uma imagem de várias teias sobrepostas.” (AQUINO;KÜHN, 2018, p.63)

Assim sendo, percebe-se uma preferência, em Triunfo, pelo compadrio vertical, em que os padrinhos se encontravam em uma situação financeira e hierarquicamente social superior ao dos pais dos batizados. Além disso, os vínculos familiares horizontais também pareciam ser recorrentemente refortalecidos através da escolha de madrinhas da mesma família dos pais para servirem como mães espirituais das crianças, conforme verificamos acima. Além disso, a eleição de padrinhos de estrato social superior também pode ser verificada através da Tabela 6, onde sistematizamos os indivíduos que mais apadrinharam crianças entre 1757 e 1786 em Triunfo. Apesar de os registros batismais não nos informarem a naturalidade dessas pessoas, procuramos essas informações tanto no 1º Livro de Casamentos, de modo que conseguimos suplementar, em alguns casos, esse dado ausente conforme vemos a seguir.

Tabela 6

“Campeões de batismo” em Triunfo (1757-1784).

Padrinho	Naturalidade	Número de Batismos
ANTONIO JOSE MACHADO DE ARAUJO	Portugal	15
JERONIMO XAVIER DE AZAMBUJA	Brasil	15
THOMAS CLARQUE	Portugal	12
ANTONIO JOSE DE AVIZ	Arquipélago dos Açores	12
FRANCISCO DA SILVA	Portugal	12
MANUEL GONÇALVES MEIRELES	Portugal	10
ANTONIO FERREIRA LEITAO	Portugal	9
MATIAS JOSE DE ALMEIDA	Portugal	8
LUIS DA SILVA PEREIRA	Não informado	8
JOAO FRANCISCO DE ALMEIDA	Portugal	8
MANUEL RIBEIRO DA CUNHA	Portugal	7
MANUEL DE PAIVA GARRIDO	Portugal	7
ANTONIO XAVIER DE AZAMBUJA	Brasil	7
EVARISTO PINTO BANDEIRA	Brasil	7
ANTONIO ALVES GUIMARAES	Portugal	7
FRANCISCO XAVIER DE AZAMBUJA	Brasil	6
MANUEL RODRIGUES DE BASTOS	Arquipélago dos Açores	6
TOME CARDOSO	Arquipélago dos Açores	6
VICENTE FERREIRA	Brasil	6
MANUEL JOAO SOARES	Não informado	5
DOMINGOS DO COUTO CARNEIRO	Não informado	5
JERONIMO DE ORNELLAS DE MENEZES	Ilha da Madeira	5

Fonte: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1784)” – AHCMPA

A Tabela 6 nos mostra, em um primeiro plano, que a maioria dos padrinhos escolhidos eram de origem lusa continental, sendo os “campeões de batismo”⁸⁹ grandes proprietários rurais locais, o que nos prova mais uma vez o enraizamento dos indivíduos dessa naturalidade dentro das redes sociais da freguesia. Nesse sentido, de acordo com o a Relação de Moradores de Triunfo de 1784 e com o estudo da elite agrária da região realizado por Fábio Kühn, pode-se afirmar que praticamente todos os nomes supramencionados eram respectivos a fazendeiros de médio a grande porte da freguesia, possuindo considerável número de escravizados, animais e terras⁹⁰.

⁸⁹ FARINATTI, Luís Augusto. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*, vol.16, nº3, set/dez, 2012, p.297.

⁹⁰ Conforme visto no capítulo anterior, através dos estudos de Helen Osório e Jean Luis Martirén (2021), os estancieiros supramencionados possuíam estâncias espalhadas pelos dois distritos de Triunfo, de modo que contribuíssem consideravelmente para a produção agrícola e pecuária da capitania. Estavam inseridos, portanto, dentro de um mercado interno bastante lucrativo.

Aliás, grande parte desses indivíduos estava intrincada em uma complexa teia de relações fictícias ou consanguíneas, sendo parte uns das famílias dos outros pela própria prática do compadrio, mas também pelo casamento. Nesse sentido, percebemos na Tabela 6 o nome de Jerônimo de Ornelas, bem como de seus genros: Francisco Xavier de Azambuja, Manuel Gonçalves Meirelles, Francisco da Silva. Ademais, contamos também com a figura de Antônio Ferreira Leitão, outro grande estancieiro da região, casado com uma das netas de Ornelas⁹¹. Isso nos mostra que a maioria dos pais de batizados realmente procurava os membros dessa extensa família da elite local para a prática do compadrio, tendo em vista a quantidade de crianças que cada um desses indivíduos batizou no período.

Ademais, outros indivíduos, também associados de uma forma ou outra com o núcleo doméstico de Ornelas, igualmente aparecem com grande popularidade nos registros: o Capitão Evaristo Pinto Bandeira, filho de Francisco Pinto Bandeira, apadrinhou sete crianças. Além dele, citamos Antônio Alves Guimarães, Antônio José de Avis, Antônio José Machado de Araújo, Tenente Manuel Ribeiro da Cunha e Tomé Cardoso: todos mencionados no censo de 1784 como “fazendeiros maiores”.

Ainda, apesar de notadamente padrinhos de origem portuguesa continental serem os preferidos, cabe destacar o papel de Antônio José de Avis no panorama de compadrio da região. Antônio era natural da Ilha Graciosa, tendo casado com sua esposa, Apolônia Maria de Jesus, natural da Ilha de São Jorge, em Triunfo na data de 04/10/1762. O caso de Antônio chama atenção por ser um dos 27 casais encontrados no livro de matrimônios em que ambos os nubentes são açorianos, apesar de não serem descritos como “Casais assistentes del-Rey”. Talvez Antônio José de Avis tenha sido uma das maiores influências açorianas em Triunfo, apadrinhando um volumoso total de 12 crianças entre 1757 e 1786. O ilhéu também pode ser localizado não só no livro de matrimônios e de batismos, mas também no estudo genealógico de Fabrício e na Relação de Moradores de Triunfo de 1784, em que consta a compra de sua estância de “três quartos de légua de comprimento e meia de largo da qual tem despacho do Governador”⁹². No documento, também consta propriedade sobre “750 animais vacuns, 290 animais cavaleares, 4 bois mansos, 12 cavalos mansos e 16 ovelhas”. Por conseguinte, achamos importante destacar a figura de Antônio dentre os outros padrinhos não só por sua

⁹¹ Para entender a participação de Antônio Ferreira Leitão dentro da rede de compadrio de Triunfo, em especial no que tange aos escravizados, ver: SCOTT, Ana Sílvia Volpi; SCOTT, Dario. Casamento e compadrio na casa-grande e na senzala: a família e a escravaria do Capitão Antônio Ferreira Leitão (Porto Alegre – finais do século XVIII e meados do XIX). *Revista História Unisinos*, v. 27, n.01 (2023): janeiro/abril. P. 26-44.

⁹² Relação de Moradores de Triunfo, 1784 - AHRS

origem açoriana, mas pelo peso do seu patrimônio na época e o significado dessa influência para a rede social da freguesia. Ainda, podemos concluir que, apesar de talvez ser um dos açorianos mais ricos da região, ainda assim não possuía nenhuma identificação com o grupo vindo através do Edital de 1747, tendo inclusive comprado suas terras de Francisco José de Oliveira Raposo com dinheiro particular.

Os dados apresentados, portanto, nos mostram a complexidade das redes de compadrio dentro de uma sociedade setecentista, em especial naquelas alocadas dentro do contexto da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Constatamos que essa estratégia familiar era um elemento real para a legitimação de determinados vínculos sociais, capazes de trabalhar questões que abarcavam o prestígio, a política e as finanças. Acima de tudo, o compadrio era um mecanismo de sobrevivência dentro de uma sociedade de Antigo Regime, pautada pelos efeitos de uma “justiça distributiva”⁹³.

Nesse sentido, concluímos que a prática do batismo era não só utilizada como recurso da fé católica, mas também como uma prática para ascensão e assentamento em uma comunidade. Isso pôde ser verificado através da análise dos perfis de padrinhos e madrinhas, na medida em que a maioria era preferida em função de seu destaque militar, econômico ou social. Verificamos, igualmente, que os indivíduos da elite agrária eram efetivamente procurados para o estabelecimento de vínculos de compadrio vertical, a fim de mesclar famílias hierarquicamente inferiores com núcleos domésticos dominantes, no modelo de uma “relação clientelar”⁹⁴.

Além disso, pudemos novamente reiterar noções acerca do perfil da comunidade de Triunfo na segunda metade do século XVIII, na medida em que, assim como os dados matrimoniais, os registros batismais apontaram uma predominância de pais e mães naturais da colônia. De mais a mais, esses dados mostraram também uma variação muito maior do que a imaginada de naturalidades, o que nos permite concluir mais uma vez pela heterogeneidade cultural dessa freguesia. Nesse sentido, se formos analisar essa sociedade com base nas naturalidades que mais a impactaram de modo a lhe conferirem uma “herança cultural”, certamente não será a açoriana o destaque. Contudo, pretendemos também deixar claro que os registros aqui analisados apenas correspondem à parcela livre da população, deixando de lado

⁹³ AQUINO, op.cit, p.64.

⁹⁴ KÜHN, 2006, op.cit., P.179

os escravizados e indígenas que também compunham essa comunidade e nela deixaram suas heranças.

Tendo isso em mente, o 1º Livro de Batismos nos leva a pensar apenas o início da história da freguesia. Apesar de ser muito mais complexo do que aqui analisado, podemos em certa medida afirmar, desde já, que esta não constituiu uma freguesia “tipicamente açoriana”. De modo contrário, percebemos que as maiores influências locais partiram de pessoas nascidas na colônia e em Portugal, proprietárias de grandes patrimônios e altos cargos e patentes, de forma que criaram entre si um complexo conjunto de redes sociais, resultando nesse primeiro retrato que possuímos da freguesia de Triunfo.

2.3. Casamento, batismo e família em uma análise integrada

O estudo dos livros de casamento e de batismo nos permitiu visualizar os contornos das famílias que compunham a primeira comunidade de Triunfo. Percebe-se que era, predominantemente, uma freguesia rural e socialmente fechada. Nesse contexto, os casamentos eram preferencialmente realizados entre pessoas nascidas e criadas na colônia, com uma especial valorização para as filhas solteiras das grandes famílias da elite sulina, seguido daqueles migrados de Portugal, mormente no que tange aos homens.

A preocupação em não só manter a fortuna familiar, como também expandi-la parece constituir uma preocupação inerente a essa comunidade na época. O matrimônio, nesse sentido, criava alianças e assegurava a posição, dessas famílias imponentes, dentro do *status* superior da hierarquia social. Assim, a elite agrária de Triunfo se mantinha viva não só pela manutenção do patrimônio, mas também pela reprodução desses vínculos políticos, militares e nobres que essas conexões possibilitavam.

No mesmo sentido, o batismo na freguesia se apresenta como um alternativo mecanismo de sobrevivência social dentro dessa pequena comunidade. Enquanto o casamento atinge profundamente aspectos patrimoniais e materiais, o batismo permite o fortalecimento de laços entre dois grupos sociais distintos, ou então a criação de um novo vínculo. A escolha dos padrinhos e madrinhas, assim, era premeditada não só para assegurar que a criança tivesse auxílio no caso de algum infortúnio com os pais, mas também pela própria ligação que se criaria com a nova família espiritual. Assim, o batismo e o conseqüente compadrio eram projetos complexos e profundos, pois permitiam a associação de uma família de nível social

inferior com os indivíduos mais nobres e poderosos da comunidade. Dessa forma, Triunfo nasce não só de todo um processo histórico de demarcação de terras e de colonização por parte da Coroa portuguesa, mas também pelo intrincado complexo de teias sociais que a comunidade local se empenha em formar.

De mais a mais, pudemos analisar a participação do contingente açoriano dentro do conjunto familiar da freguesia, concluindo que os registros não demonstram um impacto tão elevado por parte desses ilhéus nos quadros demográficos locais. Encontramos casais ilhéus, bem como pais e mães batizando seus filhos, mas verificamos que a maior parte deles também não possuía relações específicas com os grupos migrados através da política de povoamento portuguesa.

Não sabemos, portanto, se os açorianos em Triunfo sequer se identificam como “pessoas das ilhas”, sendo essa uma matéria muito subjetiva e que foge do nosso alcance de pesquisa. Mas sabemos o que os livros nos mostram, e, de fato, essa população não deu mostras de ser a “argamassa étnica” de Triunfo, como diria Wiederspahn em uma das obras clássicas sobre imigração açoriana⁹⁵.

Assim sendo, podemos entender a comunidade que nascia às margens do Jacuí como, mormente, um grupo bastante fechado e afeito à manutenção das raízes coloniais e portuguesas. Nesse sentido, mesmo observando certa variedade entre naturalidades dos indivíduos assentados na freguesia em pauta, o que mostra que a população local não era um todo homogêneo, ainda assim conseguimos apontar um impacto demográfico sensível de pessoas já nascidas na América portuguesa e, em um segundo plano, aquelas provenientes de Portugal. Portanto, através dos registros aqui demonstrados e estudados, podemos afirmar que a freguesia de Triunfo de fato não é tipicamente açoriana, pelo menos no que tange aos seus anos primordiais. Assim sendo, podemos concluir que Triunfo, na metade do século XVIII, constituía uma pequena freguesia rural, em que os casamentos e as práticas de compadrio davam preferência, principalmente, para militares, estancieiros e comerciantes de elevado *status* social, fossem estes colonos naturais ou portugueses migrados. Tendo em vista a influência do contingente português, observado em especial nos dados de batismo, bem como nas redes de compadrio verticais e horizontais constatadas, proporemos, no capítulo seguinte, o estudo de caso de um dos mais aquinhoados estancieiros da região: Joaquim Gonçalves da Silva, migrante português, militar e fazendeiro, pai de uma vasta descendência famosos

⁹⁵ WIEDERSPAHN, 1979a, op.cit., P.131

farroupilhas, ligado ao tronco familiar de Ornelas e, por fim, talvez um dos patriarcas mais representativos do que de fato eram os contornos gerais da elite agrária do período.

3. JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, UM ESTUDO DE CASO.

Através da apresentação dos dados de batismo e de casamento dos livros paroquiais de Triunfo, apresentados no capítulo anterior, e com o respaldo histórico desenvolvido na primeira parte desta monografia, conseguimos identificar alguns padrões dentro da comunidade originária da freguesia. Características como a proteção à consanguinidade e preferência da endogamia, o uso frequente das práticas de compadrio e de casamento para a sobrevivência social, e até a forte predominância de uma elite agrária fechada na região puderam ser reiteradamente observadas através do nosso estudo. Portanto, conseguimos traçar uma parte do perfil dessa comunidade, cujas origens se provaram não ser tão açorianas como a historiografia tradicional procura retratar.

Somado a isso, entendemos que a análise dos dados aqui desenvolvidos, bem como do panorama histórico que envolve a emergência de Triunfo no século XVIII podem ser complementadas com a apresentação de um estudo de caso, referente a um dos grandes estancieiros da elite local. Apesar de a pesquisa sobre apenas um núcleo familiar de Triunfo não ser suficiente para generalizarmos nossas conclusões para a comunidade como um todo, ainda assim consideramos esta uma metodologia de pesquisa interessante. O estudo de caso constitui uma excelente ferramenta, na medida em que nos permite superar a pura e simples análise de estatísticas e de números, a fim de entender, de forma mais complexa e prática, como padrões de naturalidade, consanguinidade, compadrio e demais características encontrados no capítulo anterior se fazem presentes dentro de uma família real.

Para isso, elegemos o militar e sesmeiro capitão Joaquim Gonçalves da Silva como foco deste estudo. Esse proeminente fazendeiro se encaixa perfeitamente em nossa pesquisa, pelo fato de ter constituído um dos núcleos familiares mais aquinhoados da região. Além disso, se enquadra em nosso estudo por ter sido um migrante português relacionado com o restante da elite local através das práticas de compadrio e de matrimônio, ilustrando com êxito as conclusões do capítulo anterior. Assim como outros grandes estancieiros da região, Joaquim utilizou estratégias familiares para se assentar, enquanto migrante, na sociedade de Triunfo. Esse estancieiro, assim, seguiu caminhos muito semelhantes aos de outros ricos fazendeiros da freguesia, os quais mostraram grande presença nas redes sociais de compadrio observadas no capítulo anterior, e que também eram majoritariamente naturais do reino luso.

Ainda, assim como as demais famílias da região, que criavam e mantinham vínculos com as autoridades da freguesia através do batismo e do casamento, Joaquim Gonçalves da

Silva também procurou se encaixar dentro dos troncos familiares que controlavam o poderio local, de forma a se estabelecer com sucesso dentro da comunidade de Triunfo. Portanto, esse indivíduo e sua trajetória na freguesia nos oferecem um importante exemplo de como essa sociedade, pautada em negociações e acordos sociais, funcionava nessa segunda metade do século XVIII⁹⁶.

Dessa forma, Joaquim Gonçalves da Silva conseguiu adentrar a pequena freguesia de Triunfo através do casamento, se inserindo estrategicamente no tronco familiar de Jerônimo de Ornelas. De acordo com o livro de casamentos de Triunfo, no dia 07/08/1774, Joaquim, natural da freguesia de Santa Marinha Real, no Lamego, Portugal, se casou com Perpétua da Costa Meirelles, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Esta era filha legítima de Manuel Gonçalves Meirelles e de Antônia da Costa Barbosa e, portanto, era neta pela parte materna de Jerônimo de Ornelas.

Tendo em vista o vasto número de propriedades sob a titularidade da parentela de Ornelas - a exemplo da sesmaria da Piedade pertencente a Meirelles, que viria a dar origem ao centro da paróquia de Triunfo-, pode-se dizer que Joaquim arranhou para si um casamento de sucesso, conseguindo se inserir dentro de uma das mais ricas linhagens locais. Com sua esposa, tiveram um total de 14 filhos (9 homens e 5 mulheres), dos quais o décimo seria o famoso farroupilha, general Bento Gonçalves da Silva.

Joaquim teria chegado a Triunfo, na então sesmaria da Piedade, no início da década de 70, quando ainda exercia o posto de alferes de uma das companhias do Terço das Ordenanças., tendo provavelmente se instalado na região como comerciante⁹⁷. Lá conheceu Perpétua e, em 1777, juntamente com alguns de seus cunhados, comprou terras às margens do rio Camaquã, onde hoje se localiza parte do município de Tapes, mas que à época ainda pertencia a Triunfo. É assim que, até meados de 1780, Joaquim adquire sucessivamente três sesmarias – a do

⁹⁶ O estudo das elites pode ser aprofundado através do trabalho de diversos autores: Faria (1998), Fragoso (2000), Kühn (2006), Osório (2008), entre outros.

⁹⁷ Sampaio destaca a importância do sistema de créditos dentro da sociedade colonial, controlado em partes por uma pequena elite. Os indivíduos inseridos dentro da atividade mercantil exerciam uma função primordial na organização da sociedade de Antigo Regime, estimulados pelo caráter agrário da economia colonial. Através do empréstimo para aquisição e manutenção de propriedades, ou adiantamento para compra de insumos nas atividades produtivas e também pelas formas de aquisição de mão de obra, a elite mercantil controlava grandes redes de endividamento, operando, assim, eficiente mecanismo de enriquecimento e dominação. SAMPAIO, A.C..J. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p.30-31.

Cristal, do Cordeiro e do Duro⁹⁸ - nessa região, formando a então chamada fazenda do Paraíso⁹⁹.

Wiederspahn destaca a importância de Joaquim para a comunidade local, que o via como uma autoridade não só militar, como também política na região. Isso irá se refletir quando, em 1782, é promovido ao posto de capitão das ordenanças do distrito do rio Camaquã¹⁰⁰. Até então, ainda atuava enquanto alferes dentro apenas da jurisdição da região ao entorno do rio Jacuí. A partir de sua elevação de patente, Joaquim entrega a administração de suas terras ao seu primogênito, João Gonçalves da Silva, passando a apenas supervisioná-las de longe.

A importância da carreira de Joaquim só viria a melhorar a partir de então, pois em 1809 exerceu, na falta de bacharéis em Direito ou Filosofia qualificados em Porto Alegre, os encargos de Juiz Ordinário e de Almojarife na Câmara local. Posteriormente, em 1812, Joaquim retornou à fazenda do Paraíso em função da fase derradeira da 1ª Campanha Cisplatina, quando foi nomeado pelo Coronel Joaquim Félix da Fontoura para o cargo comandante interino do Distrito de Camaquã, em substituição a Isidoro Vicente Pacheco. Joaquim Gonçalves da Silva se mudaria para Porto Alegre novamente ainda em 1812, quando se tornou membro da Câmara de Porto Alegre. Uma vez lá instalado, também exerceria entre 1815 a 1818 as funções de Tesoureiro-Geral e de deputado da Junta da Real Fazenda da Capitania, em função do falecimento do titular do cargo, capitão Manuel José de Alencastro. Nessas últimas posições, atuaria interinamente até a chegada de um substituto oficial para o cargo¹⁰¹.

Joaquim também teria papel importante nas carreiras de seus filhos, em especial no que tange à esfera militar. Seu primogênito, João, exerceu não só a patente de alferes de ordenanças, como também foi, depois do seu pai, o maior administrador da fazenda do Paraíso, onde se dedicou à criação de gado *vacum* e cavalares, à produção de charque, ao plantio do trigo e até à indústria do couro. O seu segundo filho mais velho, Antônio Gonçalves da Silva, foi importante tenente-coronel farroupilha, tendo atuado também como guarda da Mesa de Diversas Rendas em Porto Alegre. Além dele, podemos citar

⁹⁸ Ver mapa anexo na página 68 desta monografia.

⁹⁹ WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Cazias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979b, p.25.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.27.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.28-29.

nominalmente os farroupilhas Manuel Gonçalves da Silva, sétimo filho de Joaquim, e José Gonçalves da Silva, ambos envolvidos no movimento revolucionário de então.

O futuro general Bento Gonçalves da Silva seria, portanto, o décimo filho de Joaquim. Passou boa parte da infância e da adolescência nas terras da parentela materna, em Triunfo, aprendendo as lidas da estância¹⁰². Segundo Wiederspahn, teria uma relação um pouco conturbada com o pai durante os anos da juventude, especialmente após a morte da mãe, Perpétua, em 1803. Além disso, o desgosto com Joaquim também adviria da insistência deste em destinar Bento à carreira eclesiástica, de maneira idêntica ao seu irmão mais velho, Roberto Antônio Gonçalves da Silva, o quarto filho da família¹⁰³. Posteriormente, contudo, através do estudo do arquivo pessoal de Joaquim pelo pesquisador Eduardo Duarte, percebemos uma conformação do pai com o caminho escolhido pelo filho, que insistiu nas “atividades campeiras e também pela carreira miliciana”¹⁰⁴. Wiederspahn ainda comenta que, entre 1816 e 1820, durante campanha contra os artiguistas, teria sido farta a comunicação entre o pai e o filho.

Dessa forma, após construir próspera carreira e estabelecer uma das estâncias mais ricas na região de Triunfo, Joaquim falece em 14 de novembro de 1822, deixando entre seus herdeiros importantes personagens da história política rio-grandense. Infelizmente, não foram localizados o inventário de Joaquim, nem o processo de habilitação matrimonial ou demais documentos competentes ao Juízo Eclesiástico ou da Justiça Comum para desvendarmos um pouco mais a vida desse indivíduo. Entretanto, cabe destacar que a trajetória mais detalhada de Joaquim Gonçalves da Silva já foi feita por Luís Alberto Cibilis em seu trabalho intitulado “Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro”, publicado em 1959, estudo que pode oferecer uma abordagem mais complexa acerca dessa história familiar¹⁰⁵. Aliás, desde os trabalhos de Cibilis, muitas pesquisas também foram publicados a respeito da história da família Gonçalves da Silva, em especial no que tange à figura de Bento.

Tendo em vista a limitação de espaço que compete a esta monografia, decidimos apresentar um panorama geral e conciso do que foi a vida do capitão Joaquim e de sua experiência na freguesia de Triunfo. De mais a mais, também nos interessa ver de que forma

¹⁰² COELHO, Alexandra Helena Tobias. *Bento Gonçalves da Silva, o homem e o mito na literatura*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos). Departamento de Linguística e Literaturas, Universidade de Évora. Évora, 2009, P.42.

¹⁰³ WIEDERSPAHN, 1979b, op.cit., p.33.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.29.

¹⁰⁵ CIBILIS, Luís Alberto. *Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra da Ribeira*. Contribuição para o estudo do Rio Grande do Sul. Editora Tipografia-Champagnat, Porto Alegre, 1959.

esse patriarca e seus herdeiros aparecem nos livros de casamento e de batismo aqui estudados, a fim de verificar até que ponto seguem os padrões e o perfil da elite da freguesia em questão.

Como o 1º Livro de Batizados de Triunfo vai de 1757 a 1784, localizamos apenas sete dos quatorze filhos de Joaquim e Perpétua na fonte em questão, sendo o primogênito João, como já mencionado anteriormente, batizado em casa pelo avô materno, Manuel Gonçalves Meirelles, e registrado em 25/02/1776. O sétimo filho foi Manuel, batizado dia 22/04/1783 pelo padre Manuel Rodrigues de Bastos. A fim de estudarmos as redes de compadrio estabelecidas pela família, sistematizamos as crianças do casal na seguinte tabela.

Tabela 7

Padrinhos e madrinhas dos filhos de Joaquim Gonçalves da Silva (1757-1784).

Data de batismo	Nome	Padrinho	Padrinho
25/02/1776	João		
12/04/1777	Antônio	Pe. Antônio Vieira da Silva	Cap. Manuel Bento da Rocha
13/07/1778	Antônia	Francisco Gonçalves Meirelles	Antônia da Costa Barbosa
13/02/1780	Roberto	André Ferreira de Sousa Alvim	Ana Maria
13/02/1780	Felisberto	Cap. Antônio Ferreira Leitão	Maria Meirelles
19/10/1781	Ana	Domingos Gonçalves Meirelles	Senhorinha Meirelles
22/04/1783	Manuel	Tem. Manuel Ribeiro da Cunha	Cristina da Costa Meirelles

Fonte: Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1784)” – AHCMPA

Como podemos perceber, da mesma forma que as demais famílias da elite da freguesia, Joaquim Gonçalves da Silva e sua esposa, Perpétua, procuraram estabelecer fortes relações de compadrio verticais e horizontais, em especial no que tange aos filhos de sexo masculino. A procura por padrinhos com patente militar ou com autoridade eclesiástica pode ser percebida para a maioria dos rebentos homens.

Ainda, ao cruzarmos os nomes dos padrinhos nos livros de casamento e de batizados, verificamos que nenhum deles possui naturalidade açoriana. À exceção de André Ferreira de Sousa Alvim, padrinho de Roberto, e do qual não conseguimos encontrar nenhuma informações nos documentos consultados, todos os padrinhos e madrinhas possuem ou naturalidade lusa continental, ou da América portuguesa. Isso nos mostra, portanto, os grupos açorianos que já existiam em Triunfo nesse período não se inseriram com muito sucesso dentro da parentela de Joaquim e Perpétua, que representavam um dos núcleos domésticos mais ricos e poderosos da região. Ainda, a atuação desse casal como padrinhos dentro da comunidade de Triunfo também confirmou a falta de contato do grupo doméstico com

açorianos, na medida em que Joaquim apadrinhou apenas uma criança, Joaquina, entre 1757 e 1784. Esse batismo foi feito em 12/04/1784, sendo o pai, da batizada, Joaquim Mendes de Moraes, natural de São Paulo, e a mãe, Felizarda Maria, natural das Missões Jesuíticas.

De mais a mais, ao analisarmos a Tabela 7, o caso de Antônio se mostra interessante e singular, na medida em que contém dois padrinhos homens. Segundo Hameister, era muito raro a aparição de padrinhos do mesmo sexo para uma mesma criança¹⁰⁶ e, no caso de Antônio, contamos também com duas figuras cujos títulos e posições sociais eram de grande prestígio e autoridade na sociedade da época. Assim sendo, além do Padre Antônio Vieira da Silva, o pequeno Antônio também foi apadrinhado pelo Capitão Manuel Bento da Rocha, este se destacando como capitão de ordenanças, fazendeiro, comerciante e, ainda, oficial camarário em Viamão e em Porto Alegre. Segundo Jonathan Fachini, teria sido também o receptor de muitas crianças expostas¹⁰⁷, fato que denota uma clara preferência pelos pais da comunidade à época quanto às possibilidades de proteção dada por essa autoridade local.

Também chamamos à atenção para o padrinho do pequeno Felisberto. Esta criança foi apadrinhada pelo Capitão Antônio Ferreira Leitão que, segundo Anna Scott e Dario Scott, possuía um lugar destacado entre os estancieiros da região, chegando à freguesia como comerciante e logo ascendendo socialmente como proprietário de terras na região. Assim como Joaquim e os demais fazendeiros de Triunfo, Leitão buscou reiteradamente estabelecer acordos matrimoniais e de compadrio que prestigiarão sua família como uma das mais ricas e proeminentes da região¹⁰⁸. Além disso, Antônio Ferreira Leitão foi casado com Maria Meirelles, irmã de Perpétua e também neta de Ornelas, o que nos confirma o poderio do tronco familiar onde Joaquim se estabeleceu. Contava, assim, com parentes muito ricos contraídos através do matrimônio com a filha de Manuel Gonçalves Meirelles, e pareceu preocupado em fortificar essas relações familiares através da prática do compadrio. Isso se comprova ao vermos que outros irmãos de Perpétua também batizaram os filhos do casal, como é o caso de Domingos Gonçalves Meirelles e de Francisco Gonçalves Meirelles. Por fim, quase todos esses padrinhos possuíam terras na região¹⁰⁹, estando ligados não só pelo

¹⁰⁶ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 -1763)*. Tese (Doutorado e História Social). Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p.215.

¹⁰⁷ SILVA, J. F. da. A exposição e a circulação de crianças no extremo sul da América portuguesa: um estudo de caso - (século XVIII). *HISTÓRIA UNICAP*, 2(3), 2015, p. 142.

¹⁰⁸ SCOTT & SCOTT, 2023, op.cit. p.27-29.

¹⁰⁹ Ver no Anexo, página 68 desta monografia, um mapa das principais sesmarias entre o rio Camaquã e o rio Jacuí.

matrimônio e pelo compadrio, mas também pela vizinhança, ocupando grande parte da extensão de Triunfo.

Em relação aos arranjos de casamento, o caso da família Gonçalves da Silva igualmente segue os padrões de endogamia vistos no capítulo anterior, os quais reproduziam em grande escala casais e crianças de descendência portuguesa e colonial. Assim, é bastante claro que os filhos de Joaquim se aproveitaram do matrimônio enquanto uma estratégia de reprodução social, capaz de fortificar as relações intrafamiliares, bem como de manter patrimônio e herdeiros dentro do mesmo grupo social.

Nesse sentido, citamos o caso de João Gonçalves da Silva, o já mencionado primogênito de Joaquim, que se casa com a prima, Francisca Joaquina Meirelles, filha do seu tio materno, Antônio Gonçalves Meirelles. Mas ele não foi o único a se casar com alguém da própria parentela, o seu irmão mais novo, Antônio Gonçalves da Silva, igualmente casou com uma prima, Ana Leonarda Meirelles, filha do tio materno, Domingos Gonçalves Meirelles. Além deles, a terceira filha de Joaquim e Perpétua, Antônia Joaquina da Silva, também se casa com seu parente, o capitão-mor Boaventura José Centeno. Este foi neto do poderoso Francisco Xavier de Azambuja, casado com uma das filhas de Jerônimo de Ornelas e, portanto, cunhado de Manuel Gonçalves Meirelles – sesmeiro original da fazenda de Piedade, onde Triunfo é erigida, e por conseguinte sogro de Joaquim. Por fim, podemos citar Manuel Gonçalves da Silva, o sétimo filho na linha sucessória, o qual casou em primeiras e segundas núpcias com primas, respectivamente Isabel Joaquina de Sousa e Eulina Márcia do Espírito Santo¹¹⁰.

Assim sendo, é possível verificar, através do estudo de caso de Joaquim Gonçalves da Silva, uma ilustração do *modus operandi* de grande parte das famílias da elite de Triunfo no que tange às negociações e estratégias de “mobilidade social” dentro de um sistema de Antigo Regime¹¹¹. É clara a tentativa desses grupos de se distanciar dos demais, realizando matrimônios entre conhecidos e pessoas do mesmo grupo ou família, e elegendo padrinhos e madrinhas de maneira premeditada, de forma a servir seus propósitos de manutenção do nível social e do patrimônio dentro da sociedade colonial. Portanto, apesar de não representar a comunidade de Triunfo por inteira, a família de Joaquim parece ir de acordo não só com os comportamentos já conhecidos da elite agrária do período, como também das conclusões

¹¹⁰ WIEDERSPAHN, 1979b, op.cit., p.22-23.

¹¹¹ HESPANHA, op.cit., p.123

tiradas através dos dados analisados anteriormente, mostrando uma intensa articulação entre sujeitos naturais da América portuguesa e de Portugal dentro das redes sociais da freguesia. Por outro lado, os açorianos novamente se mostram pouco inseridos dentro das relações desses grandes fazendeiros e seus descendentes, de modo a não configurarem uma maioria populacional na região em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a história do Rio Grande do Sul já ter sido desvendada por grandes historiadores ao longo dos anos, descobrimos, através desta pesquisa, que a participação de Triunfo na memória rio-grandense ainda permanece um tanto desconhecida. Suas origens, ligadas a uma suposta “identidade açoriana”, são reproduzidas no imaginário popular sulino de modo a romantizar a trajetória árdua e trabalhosa de imigrantes, os quais teriam heroicamente dominado os territórios ainda não civilizados da colônia portuguesa¹¹². Apesar de a valorização de determinadas etnias em detrimento de outras, como foi o caso dos açorianos, italianos e alemães, as fontes documentais nos mostram uma verdade distinta acerca do impacto desses povos em determinadas regiões. Como comprovamos neste trabalho, esse foi justamente o caso de Triunfo: uma cidade que, até os dias de hoje, retém para si uma identificação açoriana, apesar de ter sido predominantemente formada por pessoas nascidas na colônia e em Portugal, e não pelos povos de origem açoriana. Portanto, nesta pesquisa, nossos esforços buscaram ensejar o início de um processo de releitura da formação dessa cidade, fugindo da romantização criada pela produção intelectual tradicional.

Assim, para começarmos a entender o perfil da comunidade livre que se assentava às margens do rio Jacuí na segunda metade do século XVIII, definimos três objetivos. Primeiramente, realizamos uma contextualização, com base na historiografia já existente, do processo de povoação de Triunfo como parte de um todo mais complexo. Procuramos entender como essa comunidade surgiu nesse exato local e nesse período específico, em um território cujas fronteiras ainda eram incertas, onde as guerras eram constantes; região sulina onde a população era ainda exígua, imersa no esforço de entender onde se encaixava na estrutura social, política, econômica da colônia.

Em um segundo plano, objetivamos analisar o 1º Livro de Casamentos (1757-1794) e o 1º Livro de Batizados de Triunfo (1757-1784), no intuito de compreender quem eram as pessoas que se assentaram nessas terras, de onde elas vinham e que estratégias utilizaram para se reproduzirem com sucesso em uma sociedade de Antigo Regime. Para isso, utilizamos como metodologia de pesquisa a extração de todos os dados de casamentos e de batizados, a fim de cruzarmos dados que pudessem nos fornecer informações acerca da naturalidade desses indivíduos, das relações de compadrio, das estratégias de matrimônio, entre outros. Por fim, nosso último objetivo constituiu uma análise de caso, em que elegemos um dos maiores

¹¹² HAMEISTER, 2006, op.cit., p.143

estancieiros da freguesia, Joaquim Gonçalves da Silva, de modo a não só ilustrar uma família típica da elite agrária da época, como também para verificar até que ponto se encaixava com os padrões de casamento e batismo extraídos da análise dos livros paroquiais de Triunfo.

A análise, com base nesses três objetivos, nos permitiu concluir que Triunfo, diferentemente do que a historiografia clássica retrata, não foi uma comunidade “típicamente açoriana”. Isso pôde ser provado ao analisarmos a naturalidade dos noivos e noivas que se casaram nos anos primordiais da freguesia, bem como dos pais e mães que batizavam seus rebentos. Em ambos os livros, nossos resultados apontaram para uma grande presença de indivíduos nascidos na colônia, seguido daqueles emigrados de Portugal continental. A proporção de açorianos, tanto no livro de casamentos como no de batizados, foi muito menor do que se poderia imaginar de uma região que reclama a condição de “açoriana” para si mesma. A análise de caso também serviu de um exemplo ilustrativo para a apresentação de nossos resultados, na medida em que se encaixou perfeitamente nos padrões de naturalidade observados.

Com isso, a hipótese do trabalho de que Triunfo não possui origens predominantemente açorianas se confirmou, principalmente, através dos dados extraídos e analisados através dos livros paroquiais da freguesia. Além da questão da naturalidade, nossa pesquisa procurou mostrar as relações estabelecidas dentro da comunidade de Triunfo, bem como as estratégias familiares exercidas para a sobrevivência social e econômica desses grupos, em especial os da elite. Conseguimos comprovar que, de fato, o casamento entre pessoas nascidas na mesma região sulina era preferencial dentro da freguesia, que se mostrou ser bastante fechada socialmente. O casamento entre parentes também era bastante comum, e até incentivado dentro das famílias, na medida em perpetuava a acumulação de patrimônio dentro das mesmas linhas sucessórias. Por fim, compadrio também se revelou um importante mecanismo de criação de relações sociais, que permitiam o estabelecimento de parentescos fictícios, gerando privilégios positivos para todos que através dele se associavam. Nesse sentido, a família de Joaquim Gonçalves da Silva só veio a provar a importância e o poder da prática do compadrio e da endogamia para a elite de Triunfo, fato que ilustra bem a hipótese levantada e comprovada neste trabalho.

Concluimos, portanto, que os Casais del Rey, tão famosos dentro da historiografia rio-grandense, de fato tiveram uma pequena e pontual aparição nos livros de Triunfo, de maneira muito diferente em comparação à outras regiões do mesmo período. Dentre esses imigrantes,

não sabemos quais deles sequer se identificavam como “açorianos”, mas fato é que as produções intelectuais na área da História tentaram por muitos anos exaltar seu impacto dentro do processo de formação de inúmeras regiões rio-grandenses. Dessa forma, discordando de um grande historiador regional, Henrique Oscar Wiederspahn, não entendemos essas populações provindas dos Açores como “a argamassa étnica” do Rio Grande do Sul¹¹³.

Não negamos a importância desse grupo para a formação do estado gaúcho. Muito pelo contrário, nosso trabalho mostrou que, de fato, em vários casos essas populações realmente exerceram um impacto notável, como foi o caso de Rio Grande, Viamão e Santo Amaro. Triunfo, contudo, não foi um dos espaços que se mostrou fortemente afetado pela imigração dos grupos ilhéus, em especial por aqueles advindos através do Edital de 1747, os legítimos assistentes “Casais del Rey”. Quanto a estes, também não sabemos até que ponto se consideravam açorianos, ou se simplesmente se viam como súditos lusos, conforme a maioria das populações coloniais portuguesas.

Portanto, podemos afirmar que Triunfo, em sua origem, foi uma comunidade pequena e fechada, com indivíduos majoritariamente provenientes da própria colônia ou de Portugal, que se utilizaram fartamente de estratégias calculadas para sobreviverem aos percalços e às regras da sociedade colonial. Foi, assim, uma comunidade fortemente enraizada em troncos familiares elitizados. Como visto, esse foi o caso da parentela de Jerônimo de Ornelas, que irradiou seus descendentes para inúmeras sesmarias da região, formando uma complexa rede familiar, capaz de se expandir continuamente em níveis econômicos, militares e políticos.

Propomos que as próximas pesquisas acerca da comunidade setecentista de Triunfo analisem também as fontes a respeito da população escravizada e indígena da região, de modo a complementar o estudo de livres aqui empenhado. Apesar de o nosso trabalho conseguir, com êxito, romper com alguns mitos e enganos que envolvem partes da herança histórica e cultural de Triunfo, ainda é necessário manusear e extrair os dados paroquiais dessa outra parcela da população, que também foi importante no processo de formação dessa sociedade como um todo. Ainda existe uma documentação eclesiástica muito extensa acerca de Triunfo, a qual ainda não foi tocada ou observada. São extensas as possibilidades de pesquisa sobre esse núcleo populacional, composta por uma gama de indivíduos cujas histórias particulares também estão à espera de serem desvendadas. Esperamos, assim, que nossa pesquisa auxilie

¹¹³ WIEDERSPAHN, 1979a, op.cit., p.131

nesse processo de reescrita da história de Triunfo dentro da produção intelectual regional, e auxilie futuros trabalhos sobre o mesmo tema.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Livro 1 – A de Batismos de Triunfo (1757 – 1774)” – AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

Livro 1 – A de Casamentos de Triunfo (1757-1794) – AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre)

Relação de Moradores de Triunfo, 1784 – documento F1198, A, AHRS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

Rol dos Confessados da nova paróquia do Bom Jesus do Triunfo no ano de 1758 – ACMRJ (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

Bibliografia:

ALVIM, Alexandra. *Das Ilhas ao continente: estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, através dos registros batismais (1757-1774)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

AQUINO, Israel Silva. *Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social (Viamão – 1747-1773)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

_____, Israel Silva; KÜHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). *Revista Maracanan*, n. 19, p.56-78, jul./dez. 2018.

CIBILIS, Luís Alberto. *Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra da Ribeira*. Contribuição para o estudo do Rio Grande do Sul. Editora Tipografia-Champagnat, Porto Alegre, 1959.

COELHO, Alexandra Helena Tobias. *Bento Gonçalves da Silva, o homem e o mito na literatura*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos). Departamento de Linguística e Literaturas, Universidade de Évora. Évora, 2009.

- COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (180c.-1831c.)*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CORDEIRO, C., MADEIRA, A. B. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) : uma leitura em torno de interesses e vontades, *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol.VII, p. 99-122. 2003.
- FABRÍCIO, José de Araujo. A Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus de Triunfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, v.27, n1-4 (1947), p.318-323.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís Augusto. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*, vol.16, nº3, set/dez, 2012, p.294-306.
- FORTES, Gen. João Borges. *Os Casais Açorianos: presença lusa na formação sulriograndense*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.
- FRAGOSO, João L. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII), *Topoi*, vol.1, 2000, nº 1, p.45-122.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul rio-grandenses. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2ª Série, vol. VII, 2003, p.123-142.
- GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII*. Anos 90, Porto Alegre, v.12, n.21/22, p.53-101, jan./dez.2005.
- _____, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 -1763)*. Tese (Doutorado e História Social). Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime*. Tempo, Rio de Janeiro: UFF, v.16, n.21, p.21-143.

KÜHN, Fábio & COMISSOLI, Adriano. *Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808)*. Revista de Historia (USP), v. 169, p. 53-81, 2013.

_____, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 4.Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

_____, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói, 2006. Tese de Doutorado. ICHF. UFF.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.

NEUMANN, Eduardo. *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757*. *Revista Complutense de História da América.*, v.26, p.73-92, 2000.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

_____, Helen. *Estancieiros do Rio Grande de São Pedro: constituição de uma elite terratenente no século XVIII*. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008, p.1-11.

_____, Helen; Martirén, Juan Luis. *¿Un espacioplatense ampliado? Análisis de una economía agraria en el sur de Brasil (Triunfo y Santo Amaro, 1784-1849)”, Revista de Indias, LXXXI/282 (Madrid, 2021): 407-440..*

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

RUPERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RODRIGUES, José Damião. *Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América*. Anos 90, Porto Alegre, v.17, n.32, p.17-43, dez 2010.

SAMPAIO, A.C..J. *O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p.30-31.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi & BERUTE, Gabriel Santos. *Gentes das Ilhas: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII*. in: *Gentes das Ilhas*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casamento e compadrio na casa-grande e na senzala: a família e a escravaria do Capitão Antônio Ferreira Leitão (Porto Alegre – finais do século XVIII e meados do XIX). *Revista História Unisinos*, v. 27, n.01 (2023): janeiro/abril. P. 26-44.

SILVA, J. F. da. A exposição e a circulação de crianças no extremo sul da América portuguesa: um estudo de caso - (século XVIII). *HISTÓRIA UNICAP*, 2(3), 2015, p. 133-146.

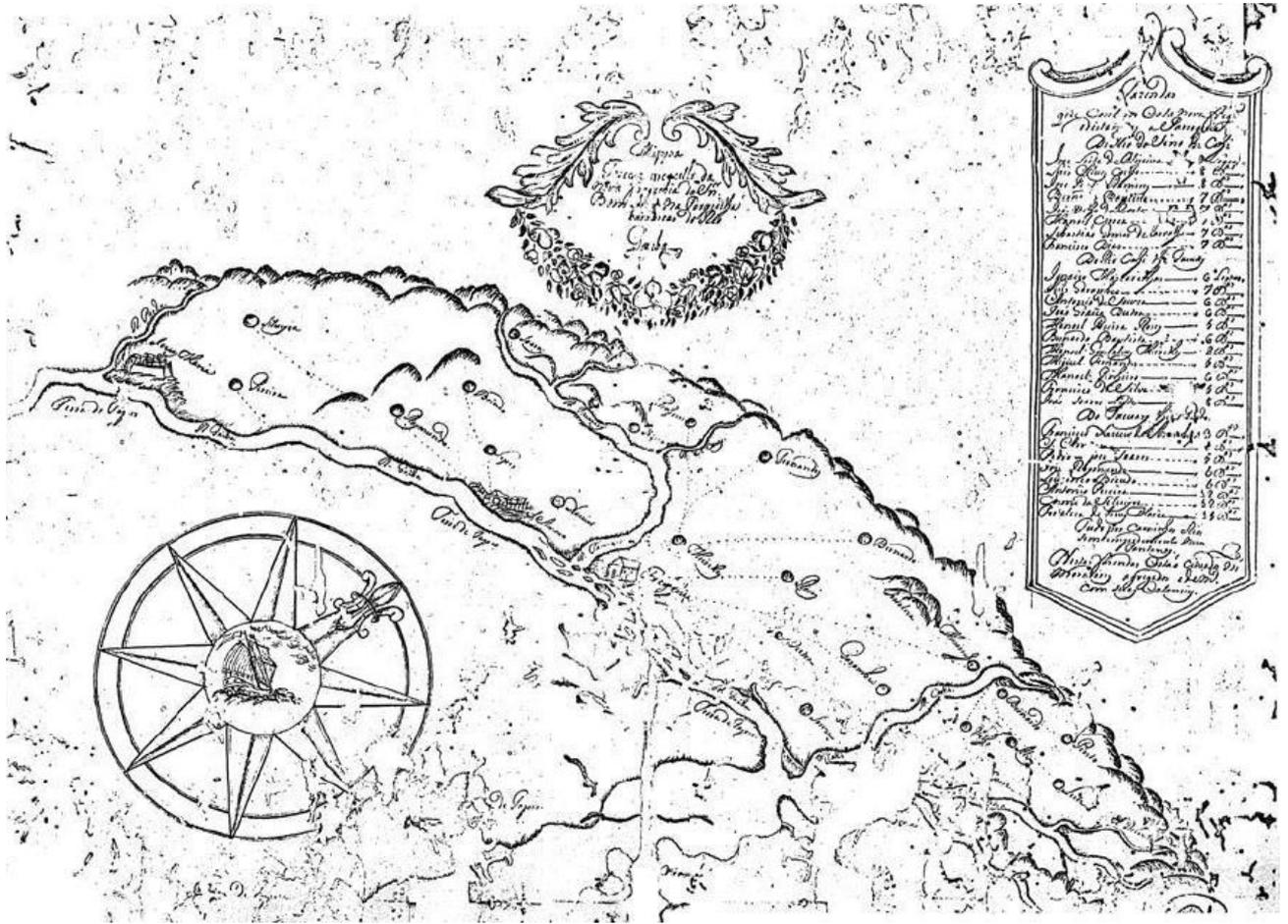
_____, J.F.; PAULA, T.N.T. O Fenômeno da exposição de crianças em dois extremos: freguesias de Porto Alegre e da Cidade do Natal, séculos XVIII e XIX. *Diálogos*, v.23, n.2, 2019, p. 258.

VOLKWEIS, Roberta Silveira. *A presença portuguesa no processo de formação das cidades do Brasil meridional: a questão da origem açoriana de Triunfo – RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2011.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979a. (Coleção Caravela).

_____, Oscar Henrique. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979b.

ANEXO – MAPAS



Mapa da freguesia de Bom Jesus do Triunfo, de 1756, ano de demembramento da mesma. Foi desenhado pelo Pe. Thomas Clarque, e mostra a extensão das terras contempladas pela freguesia. (Fonte: ACMRJ)



Mapa das principais sesmarias assentadas entre os rios Camaquã e Jacuí. Essa relação de terras foi esquematizada por José de Araujo Fabrício e posteriormente publicada por Luís Alberto Cibilis em sua obra “Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro” em 1959. No canto inferior esquerdo, estão assinaladas as sesmarias adquiridas pelo capitão Joaquim Gonçalves da Silva. (Fonte: WIEDERSPAHN, 1979b, p.38)